

Eletrônico



**Estratégia**  
CONCURSOS

Aula

Políticas Públicas IV Ministério da Economia (EPPOG) Com Videoaulas - 2019

Professor: Rafael Encinas

## Aula 00 – Conceito de Política Pública

Prezados, alunos!

Esta é a aula demonstrativa do curso de Políticas Públicas para o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Economia. Trata-se de um curso pré-edital, cujo objetivo é preparar vocês com antecedência, pois o conteúdo deste concurso normalmente é MUITO pesado, e não é humanamente possível estudar tudo de forma satisfatória apenas após a publicação do edital. Dessa forma, este curso será baseado no último edital para EPPGG, lançando já se fazem mais de cinco anos, em 2013, cujo concurso chegou a ser realizado, mas posteriormente foi anulado por problemas na forma de cálculo da pontuação de títulos. O curso será composto de cinco aulas, além desta aula demonstrativa, no seguinte cronograma:

Aula	Conteúdo Programático	Data
00	1. As diferentes conceituações de políticas públicas.	30/abr
01	2. O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno. O papel do Estado. A burocracia e o Estado. Poder, racionalidade e tomada de decisões.	08/mai
02	2. Contribuições do estudo das organizações para análise do processo de elaboração de políticas públicas. Burocratas e discricionariedade no processo de elaboração de políticas públicas.	15/mai
03	3. Teorias e modelos de análise contemporâneos de políticas públicas: escolha racional institucional; teoria de redes de políticas públicas; teoria dos múltiplos fluxos; teoria do equilíbrio pontuado; teoria de coalizões de defesa.	15/mai
04	4. Implementação de políticas públicas: problemas, dilemas e desafios. 5. Instrumentos e alternativas de implementação, como fundos, consórcios, transferências obrigatórias. 6. Federalismo e descentralização de políticas públicas no Brasil: organização e funcionamento dos sistemas e programas nacionais – saúde (SUS); educação básica (Fundeb); assistência social (SUAS).	29/mai
05	7. Avaliação de políticas públicas. Principais componentes do processo de avaliação. Custobenefício, escala, efetividade, impacto das políticas públicas.	05/mai
06	8. Mobilização, organização e participação social nos processos de gestão das instituições estatais: conselhos, conferências e outros fóruns. Mecanismos legais e institucionais de ampliação, diversificação e garantia de direitos individuais, coletivos e difusos.	12/jun

As provas de EPPGG eram antes realizadas todas pela ESAF, mas esta não realiza mais concursos públicos, por isso estaremos estudando por questões de diversas bancas. Não creio que isso será



ruim, pelo contrário, quanto mais treinarmos exercícios melhor, e as bancas não se diferenciam muito umas das outras em Políticas Públicas, as questões são bastante parecidas.

Agora, vou me apresentar. Sou Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Já fui Analista Tributário da Receita Federal do Brasil e escriturário da Caixa Econômica Federal, além de ter trabalhado em outras instituições financeiras da iniciativa privada. Tenho formação em jornalismo e em ciências econômicas. Possuo especialização em Orçamento Público e atualmente curso mestrado em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Sou professor de cursinhos para concursos desde 2008, tendo dado aulas em cursinhos de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Cuiabá. Também dou aula em cursos de pós-graduação.

Nesta aula demonstrativa, vocês poderão ter uma ideia de como será nosso curso. Espero que gostem e que possamos ter uma jornada proveitosa pela frente.

**Boa Aula!**

## Sumário

<b>1</b>	<b>Conceito de Política Pública .....</b>	<b>3</b>
1.1	<i>Participação do Estado.....</i>	<i>5</i>
1.2	<i>Omissão como Política Pública .....</i>	<i>8</i>
1.3	<i>Decisões Estruturantes X Operacionais.....</i>	<i>10</i>
<b>2</b>	<b>Estado, Sociedade e Políticas Públicas.....</b>	<b>11</b>
2.1	<i>Dimensões da Política Pública.....</i>	<i>12</i>
2.2	<i>Política e Política Pública .....</i>	<i>13</i>
2.3	<i>Tipologia das Políticas Públicas .....</i>	<i>16</i>
<b>3</b>	<b>Pontos Importantes da Aula.....</b>	<b>24</b>
<b>4</b>	<b>Questões Comentadas .....</b>	<b>25</b>
4.1	<i>CESPE.....</i>	<i>25</i>
4.2	<i>Outras Bancas .....</i>	<i>33</i>
4.3	<i>Lista das Questões.....</i>	<i>61</i>
4.4	<i>Gabarito .....</i>	<i>79</i>



# 1 CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA

Estamos estudando uma disciplina que faz parte das ciências humanas, e não das ciências exatas. Sei que isso é mais do que óbvio, mas é importante destacarmos isso, por que dificilmente temos conceitos que sejam unanimidade entre os autores, não existe uma fórmula matemática que dê uma resposta final para nossos problemas.

Com o conceito de “Política Pública” ocorre a mesma coisa, vamos encontrar os mais diferentes tipos de conceitos. Vamos dar uma olhada em alguns:

- Laswell: decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.
- Dye: o que o governo escolhe fazer ou não fazer;
- Lynn: um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
- Easton: alocação oficial de valores para toda a sociedade.
- Peters: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.
- Lowi: uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas.
- Kraft e Furlong: Política pública é o que os oficiais públicos dentro do governo, e por extensão os cidadãos que eles representam, decidem fazer ou não fazer acerca de um problema público.
- Maria G. Rua: As políticas públicas (policies) são outputs, resultantes das atividades política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.
- Laswell e Kaplan: um programa projetado com metas, valores e práticas.
- Friedrich: é essencial que o conceito de política pública contenha uma meta, objetivo ou propósito.
- Leonardo Secchi: é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.
- Jones: uma decisão existente, caracterizada por consistência e repetitividade comportamental tanto de quem a formula quanto também de quem a cumpre.

Algo que é **MUITO IMPORTANTE** é sabermos diferenciar definições que apresentam uma visão idealizada daquelas que apresentam uma visão da realidade, do que realmente acontece na prática. Vamos ver algumas questões:

**(CESPE/DPU/2015)** A formulação de políticas públicas deve ser compreendida como o processo por meio do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão os resultados ou as mudanças **desejadas no mundo real**.

**(CESPE/MPU/2015)** As políticas públicas correspondem à soma das atividades articuladas pelos governos **para melhorar a vida dos cidadãos**. As decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder às seguintes questões: Quem ganha o quê? Por quê? e Que diferença isso faz?

**(CESPE/DPU/2015)** Define-se política pública como o programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados e que deve visar a realização de **objetivos sociais relevantes**, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à sua consecução e o intervalo de tempo para o atingimento dos resultados.

**(CESPE/BSF/2014)** Políticas públicas são elaboradas para definir quem obterá alguma vantagem, o que será obtido, quando e como, sendo voltadas para **garantir os interesses dos beneficiados**.

**(CESPE/BSF/2014)** Uma política pública **expressa a moral e a visão da sociedade** que a adota e está associada aos valores culturais dessa sociedade.

**Gabarito:** C, C, C, E, E.

Eu destaquei alguns trechos das questões. A primeira fala que as políticas públicas promovem mudanças desejadas no mundo real, a segunda que são voltadas para melhorar a vida dos cidadãos, a terceira que buscam objetivos sociais relevantes, a quarta que objetiva garantir os interesses dos beneficiados e a quinta que expressam a moral e a visão da sociedade.

Vocês devem concordar comigo que é muito difícil diferenciar interesses dos beneficiados e melhorar a vida dos cidadãos, ou desejadas no mundo real e moral e visão da sociedade. Porém, as três primeiras questões estão certas, e as duas últimas erradas.

Na minha visão, as três primeiras cobram o que seria o conceito ideal de política pública, ou seja, teoricamente, o porquê da existência das políticas públicas. Já as duas últimas cobram como elas realmente são na prática. Assim, na teoria, as políticas públicas buscam atender ao interesse da sociedade como um todo, melhorar a vida das pessoas. Na prática, elas atendem aos interesses de grupos de pressão ou de uma elite.

Por isso, as duas últimas questões estariam erradas por que, na prática, as políticas públicas não são voltadas para garantir o interesse dos beneficiados e não expressam a cultura da sociedade como um todo, mas aquilo que sai do jogo político entre os atores, em que alguns tem mais poder que os demais.

O grande problema nosso é conseguir identificar quando a questão está cobrando a teoria e quando está abordando a prática. Muitas vezes isso é impossível. Tentem pegar algumas dicas no enunciado, se a questão apresenta trechos que são mais teóricos ou práticos, se usa expressões como “deve visar” (na questão 3) que indicam algo desejado, ou se os verbos expressam algo mais presente, como “são voltadas”.

A questão 0 foi copiada de Maria Paula Dallari Bucci, segundo a qual:

*Política pública é o programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.*

*Como tipo ideal, a política pública deve visar a realização de objetivos definidos, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à sua consecução e o intervalo de tempo em que se espera o atingimento de resultados.*

A autora é da área jurídica, por isso sua definição possui um caráter teórico, do que deveria ser a política pública ideal.

Leonardo Secchi afirma que qualquer definição de política pública é arbitrária, não há consenso quanto à definição do que seja uma política pública. Isso ocorre devido às diferentes respostas dadas a alguns questionamentos:

- Políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais?
- Políticas públicas também se referem à omissão, ou negligência?
- Apenas diretrizes estruturantes são políticas públicas?

O autor refere-se a tais divergências como “nós conceituais”. Vamos dar uma olhada em cada um deles.

## 1.1 PARTICIPAÇÃO DO ESTADO

Percebemos nas quatro primeiras definições do início da aula uma grande valorização do Estado como responsável pelas políticas públicas. Quando a Maria das Graças Rua fala em “**alocação imperativa de recursos**”, o que ela quer dizer é que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público. Até certo ponto não podemos negar isso. Contudo, temos que tomar cuidado com a real importância do Estado e da sociedade nas políticas públicas.

Maria das Graças Rua afirma ainda que “as políticas públicas são ‘públicas’ – e não privadas ou apenas coletivas”. Acho um tanto equivocado associar o termo “pública” ao caráter estatal. Porém, a autora é a mais copiada em provas de políticas públicas, por isso guardem bem essa definição, pois ela é muito importante. O CESPE é a banca em que eu mais vi a preocupação em dissociar as políticas públicas do caráter estatal. Vamos ver uma questão.



**(CESPE/PMRB/2007)** O termo público, associado à política, não se refere exclusivamente à ação do Estado, mas, sim, à coisa pública, ou seja, àquilo que é de todos.

**Comentários:** A questão é CERTA. Segundo Potyara Pereira:

*“Política pública não é sinônimo de política estatal. A palavra ‘pública’, que acompanha a palavra ‘política’, não tem identificação exclusiva com o Estado, mas sim com o que em latim se expressa como res publica, isto é, coisa de todos, e, por isso, algo que compromete simultaneamente, o Estado e a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo e do mercado. É o que preferimos chamar de controle democrático exercido pelo cidadão comum, porque é controle coletivo, que emana da base da sociedade, em prol da ampliação da democracia e da cidadania”.*

**Gabarito:** Certa.

Portanto, política pública não é sinônimo de política estatal. Temos que entender que a presença do Estado é fundamental, assim como a participação da sociedade. Pereira conceitua política pública como:

Políticas públicas são **ações coletivas** que tem por função concretizar direitos sociais, demandas da sociedade e previstos nas Leis.

Podemos perceber que Maria das Graças Rua afirma que as políticas públicas não são ações “apenas coletivas”. Já Pereira afirma que “são ações coletivas”. Esta divergência parece ser mais no tocante ao significado de “ação coletiva” do que se pode haver política pública sem o Estado, já que Potyara Pereira fala que “além do Estado, a sociedade se faz presente”. Na fala de Maria das Graças Rua, “ação coletiva” seria uma ação sem o Estado; já para Potyara, seria o Estado mais a sociedade. Vamos ver outra questão.

**(CESPE/TJ-AP/2007)** Política pública significa ação coletiva cuja função é concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis.

**Comentários:** A questão é CERTA. Podemos perceber que ela é cópia da definição de Potyara Pereira. Assim, temos que entender que as políticas públicas são uma construção coletiva, formadas por um conjunto de atores, apesar de caber ao governo o papel central. Segundo Raquel Raichelis:

*“Na formulação, gestão e financiamento das políticas sociais deve ser considerada a primazia do Estado, a quem cabe a competência pela condução das políticas públicas. Esta primazia, contudo, não pode ser entendida como responsabilidade exclusiva do Estado, mas implica a participação ativa da sociedade civil nos processos de formulação e controle social da execução”.*

**Gabarito:** Certa.

Segundo Celina Souza, debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas. Segundo a autora, não se defende que o Estado (ou os governos que decidem e implementam políticas públicas ou outras instituições que participam do processo decisório) reflète tão somente as pressões dos grupos de interesse, como diria a versão mais simplificada do pluralismo.

Também não se defende que o Estado opta sempre por políticas definidas exclusivamente por aqueles que estão no poder, como nas versões também simplificadas do elitismo, nem que servem apenas aos interesses de determinadas classes sociais, como diriam as concepções estruturalistas e funcionalistas do Estado. No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas.

Mas, aí fica a pergunta: existe política pública sem o Estado? Na visão de Maria das Graças não. Segundo a autora:

*As Políticas Públicas envolvem atividade política e sua dimensão pública é dada pelo seu caráter imperativo, sendo uma de suas características centrais o fato de serem decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.*

Mas para Francisco Heidemann existe. Segundo o autor:

*A perspectiva da política pública vai além da perspectiva das políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover “políticas públicas”.*

O autor cita o exemplo de uma associação de moradores que poderia realizar um “serviço público local”, movida por seu senso de bem comum e sem contar com o auxílio de qualquer instância governamental. Seria o caso de uma comunidade em que as pessoas juntam esforços para construir moradias. Heidemann cita como agentes de políticas públicas entidades como as ONGs, as empresas concessionárias e as associações diversas da sociedade. Ele afirma que “Terceiro Setor” é o nome dado hoje para o esforço da produção de um bem público por agentes não governamentais, mas ao mesmo tempo distinto do setor empresarial do mercado.

Essa argumentação do autor se aproxima muito da de Bresser Pereira a respeito do setor “**público não-estatal**”. Segundo Bresser:

*O setor produtivo público não-estatal é também conhecido por “terceiro setor”, “setor não-governamental”, ou “setor sem fins lucrativos”. Por outro lado, o espaço público não-estatal é também o espaço da democracia participativa ou direta, ou seja, é relativo à participação cidadã nos assuntos públicos. Neste trabalho se utilizará a expressão “público não-estatal” que define com maior precisão do que se trata: são organizações ou formas de controle “públicas” porque estão voltadas ao interesse geral; são “não-estatais” porque não fazem parte do aparato do Estado.*

Nestes casos, percebemos que o termo “público” – tanto em política “pública” quanto em setor “público” não-estatal – está relacionado ao interesse coletivo, e não ao que se refere ao Estado. Essa mudança na noção do termo “público” teria ocorrido no Brasil na década de 1970.

Tânia Keinert afirma que a Administração Pública no Brasil passou por dois paradigmas. De 1937 a 1979 o paradigma era o do “Público como estatal”. Era uma visão centrada no aparelho do Estado de maneira unilateral, numa situação de inexistência ou negação da sociedade civil. A partir de 1979,

com a crise do Estado, é que as atenções se voltam para a sociedade e o público passa a ser entendido como “interesse público”.

Segundo Raquel Raichelis, o debate atual sobre os termos público, publicização, público-não estatal vem despertando polêmica e há atualmente uma luta teórica e político-ideológica pela apropriação do seu significado, que remete ao caráter das relações entre o Estado e a sociedade na constituição da chamada esfera pública.

A autora utiliza o conceito de publicização baseado numa visão ampliada de democracia, tanto do Estado quanto da sociedade civil, e pela incorporação de novos mecanismos e formas de atuação, dentro e fora do Estado, que dinamizem a participação social de modo que ela seja cada vez mais representativa dos segmentos organizados da sociedade.

Inerente a esse movimento encontra-se o desafio de construir espaços de interlocução entre sujeitos sociais que imprimam níveis crescentes de publicização no âmbito da sociedade política e da sociedade civil, na direção da universalização dos direitos de cidadania.

A partir daí, o processo de publicização pretende alterar a tendência histórica de subordinação da sociedade civil frente ao Estado, fortalecendo as formas democráticas de relação entre as esferas estatal e privada.

## 1.2 OMISSÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA

Alguns autores consideram que política pública também pode envolver a inação do Estado, a decisão de não fazer nada em relação a algum assunto. Vamos rever o conceito de Dye de Política Pública:

*O que o governo escolhe fazer ou não fazer.*

Para Dye, as políticas públicas são ações do governo que irão produzir efeitos na vida dos cidadãos, mas por tratar-se de um aspecto político, a decisão de não planejar ou nada fazer em relação a um problema social também pode ser considerado um componente de política pública. Colocando em outras palavras, pode-se definir a política pública como o posicionamento assumido pelo governo diante de uma questão relevante para a sociedade, ainda que esse posicionamento seja de omissão.

Percebam o que ele fala que o também é política pública o que o governo decide por NÃO fazer. Isso também está em outra definição de Enrique Saravia. Com uma perspectiva mais operacional, ele coloca que:

*Poderíamos dizer que ela [política pública] é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.*

Perceberam quando ele fala em “ações ou omissões”. Um dos componentes comuns nas definições de política pública é o comportamental: “implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular”.

Já Heidemann afirma que “a definição de política pública inclui ao mesmo tempo dois elementos-chave, a saber: a ação e a intenção”. Para o autor, pode até haver uma política pública

sem uma intenção manifestada formalmente, mas não haverá de forma alguma uma política positiva se não houver ações que materializem uma intenção ou propósito oficial eventualmente enunciado. E completa: “não há política pública sem ação, ressalvando-se, obviamente, as eventuais políticas deliberadamente omissivas prefiguradas por Dye”.

Para Leonardo Secchi, as políticas públicas não envolvem omissão ou negligência. Para o autor, uma política pública deve resultar em uma diretriz intencional, seja ela uma lei, uma nova rotina administrativa, uma decisão judicial, etc: “se um ator governamental decide não agir diante de um problema público, isso não constitui política pública”.

Vamos ver agora uma questão:

**(CESPE/CHESF/2002)** Política pública é uma ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis. Os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas.

**Comentários:** Esta questão foi dada como CERTA. Ela foi copiada da definição de Potyara Pereira, que afirma:

*“Políticas públicas são ações coletivas que tem por função concretizar direitos sociais, demandas da sociedade e previstos nas Leis. Em outros termos, os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondentes, as quais, por sua vez, operacionalizam-se mediante programas, projetos e serviços”.*

**Gabarito:** Certa.

Quando a autora afirma que “os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas”, na realidade ela está se referindo aos direitos sociais. Se pensarmos na classificação dos direitos fundamentais, os direitos de primeira geração se referem aos direitos de não intervenção do Estado na vida privada, direitos como o de liberdade, livre associação, livre manifestação do pensamento; os de segunda geração envolvem os direitos sociais, como educação, saúde, assistência social; e os de terceira são os direitos coletivos, como os ligados à proteção do meio-ambiente, do patrimônio histórico, etc. Os direitos de primeira geração, em que se prega a não-intervenção do Estado, não precisariam de políticas públicas para serem concretizados. As políticas públicas tornam-se necessárias com os direitos sociais, que exigem uma atuação positiva do Estado.

Se as políticas públicas são instrumentos de concretização dos direitos previstos e garantidos nas leis, é somente com a existência de uma política pública que as pessoas poderão exercer seus direitos sociais. Por isso, é válida a intervenção do Poder Judiciário exigindo a implementação de políticas públicas. O Judiciário não pode elaborar políticas públicas, mas pode compelir o poder público a implementá-las, caso estejam previstas na Constituição e nas leis. Em julgamento de 2005, o STF passou a adotar uma nova linha, quando decidiu que o município de Santo André deveria garantir a matrícula de um menino de quatro anos na creche pública da prefeitura. O entendimento é o de que é obrigação do município garantir o acesso à creche a crianças de até seis anos de idade, independentemente da oportunidade e conveniência do poder público. Para Celso de Mello:



Quando a proposta da CF88 impõe o implemento de políticas públicas, e o poder público se mantém inerte e omissivo, é legítimo sob a perspectiva constitucional garantir o direito à educação e atendimento em creches. O direito não pode se submeter a mero juízo de conveniência do Poder Executivo.

Embora inquestionável que resida, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, revela-se possível, no entanto, ao Poder Judiciário, ainda que em bases excepcionais, determinar, especialmente nas hipóteses de políticas públicas definidas pela própria Constituição, que sejam estas implementadas, sempre que os órgãos estatais competentes, por descumprirem os encargos político-jurídicos que sobre eles incidem em caráter mandatório, vierem a comprometer, com a sua omissão, a eficácia e a integridade de direitos sociais e culturais impregnados de estatura constitucional.

Assim, se há um direito previsto na lei e é necessária uma política pública para que ele seja exercido, é um dever do Estado implementar tal política e cabe ao Judiciário exigir o cumprimento desta obrigação.

### 1.3 DECISÕES ESTRUTURANTES X OPERACIONAIS

Enrique Saravia define política pública como:

Um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influenciam na decisão.

Laswell simplifica a definição afirmando que elaborar políticas públicas é definir “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. A política pública definiria os objetivos e as metas de uma ação para um determinado público-alvo, quais os resultados esperados com tal ação, mas, além disso, deve justificá-la.

Mas que tipos de decisões podem ser tratadas como políticas públicas? Alguns consideram como políticas públicas apenas as macrodiretrizes estratégicas. Seriam exemplos a política nacional agrária, a política educacional, etc.

Para Secchi, as decisões intermediárias e operacionais também devem ser consideradas como parte da política pública. Aqui é interessante diferenciarmos os três tipos de decisões. Existem três tipos de planejamento: Estratégico; Tático; Operacional.

	Estratégico	Tático	Operacional
Prazo	Longo	Médio	Curto
Amplitude	Toda a organização	Setor	Atividade
Nível Hierárquico	Alta Cúpula	Gerências Setoriais	Operacional

Aqui podemos identificar algumas das características que diferenciam o planejamento estratégico do tático e do operacional:

- É responsabilidade da cúpula da organização;
- Envolve a organização como um todo; ✦ Planejamento de longo prazo.

Cada um destes três planejamentos resulta num documento. O estratégico formula o plano, o tático o programa e o operacional o projeto. Portanto:

- **Plano:** é um documento utilizado para o registro de decisões do tipo: o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, com que fazer, com quem fazer. O processo de tomada de decisões começa com a adoção de postulados gerais que depois são desagregados e especificados.
- **Programa:** é, basicamente, um aprofundamento do plano: os objetivos setoriais do plano irão constituir os objetivos gerais do programa. É o documento que detalha por setor, a política, diretrizes, metas e medidas instrumentais. É a setorização do plano.
- **Projeto:** é o documento que sistematiza e estabelece o traçado prévio da operação de uma unidade de ação. É, portanto, a unidade elementar do processo sistemático da racionalização de decisões. Constitui-se da proposição de produção de algum bem ou serviço, com emprego de técnicas determinadas e com o objetivo de obter resultados definidos.

Podemos dizer que o plano contém o programa, que contém o projeto. Assim, os planejamentos inferiores devem estar de acordo com os superiores.

Também é importante distinguir política pública de decisão política. Segundo Maria das Graças Rua, uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Um exemplo está na emenda constitucional para reeleição presidencial. Trata-se de uma decisão, mas não de uma política pública. Já a privatização de estatais ou a reforma agrária são políticas públicas.

## 2 ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Agora vamos estudar como que Estado e sociedade se relacionam nas políticas públicas. Segundo Lenaura Lobato, o “locus” por excelência de realização das políticas públicas é o relacionamento entre Estado e sociedade, que é determinado pelas condições histórico-estruturais de desenvolvimento de uma dada formação social.



## 2.1 DIMENSÕES DA POLÍTICA PÚBLICA

Segundo Klaus Frey, a literatura sobre “policy analysis” diferencia três dimensões da política. Para a ilustração dessas dimensões, tem-se adotado na ciência política o emprego de três conceitos em inglês:



### Dimensões da Política Pública:

- **Polity** = para denominar as **instituições políticas**. Refere-se à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo.
- **Politics** = para os **processos políticos**. Refere-se ao jogo político, frequentemente de caráter conflituoso, em que os atores buscam fazer valer seus interesses.
- **Policy** = para os **conteúdos da política**, é a política pública em si. Refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Na realidade política, essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente. Segundo Schubert, “a ordem política concreta forma o quadro, dentro do qual se efetiva a política material por meio de estratégias políticas de conflito e de consenso”. O autor está afirmando que as instituições (polity) influencia o jogo político (politics) que determinará a política pública (policy). No meio científico, fala-se em variáveis dependentes e independentes. As primeiras são aquelas que são determinadas e influenciadas; enquanto as segundas são aquelas que causam a mudança. Por exemplo, se um cientista que saber se o videogame pode causar comportamento violento em uma criança, o ato de jogar videogame será a variável independente e o comportamento da criança a variável dependente. Quando um economista analisa se o aumento da renda aumenta a inflação, a renda é a variável independente e os preços a variável dependente.

Atualmente, ganhou muito força o neoinstitucionalismo, segundo o qual as instituições (polity) possuem um papel importante na formação das políticas públicas (policy). Por muito tempo predominou a visão racional, segundo a qual as pessoas deveriam tomar decisões como máquinas, ou seja, calculando o melhor custo benefício de cada alternativa, a decisão seria aquela que resultasse em maior eficiência para o sistema.

Porém, o que se percebeu foi que diversos fatores limitam a racionalidade, entre os quais estão as instituições, entendidas aqui como as “regras do jogo”. Estas podem ser desde leis e regulamentos até costumes, fatores históricos e sociais. Segundo Elster:

*Uma das controvérsias mais persistentes no interior das ciências sociais é a que opõe duas linhas de pensamento: de um lado, a do homo economicus; de outro, a do homo sociologicus. Enquanto*

*o homo economicus é guiado pela racionalidade instrumental, o comportamento do homo sociologicus é ditado pelas normas sociais; o primeiro é "puxado" pela perspectiva de recompensas futuras e o segundo é "empurrado" por forças quase inerciais. O primeiro adapta-se à mudança de circunstâncias e está sempre à espera de melhorias; o segundo é insensível às condições do momento e adere ao comportamento prescrito, mesmo quando estão disponíveis outras opções aparentemente melhores.*

O Neoinstitucionalismo é um movimento que surgiu durante a década de 1980 e que foca sua análise nas instituições. Ele ganhou força devido às mudanças ocorridas nesse período, que demonstraram a necessidade de criação de novas instituições. O Estado passava por um período de crise, até mesmo nas democracias estáveis, o que inviabilizava as teorias até então aceitas. Ele defende que as instituições possuem um papel importante nas políticas públicas, uma vez que não são neutras e influenciariam as decisões.

Voltando às três dimensões da política, entende-se então que as instituições (polity) são a variável independente, elas influenciariam tanto o jogo político (politics) quanto às políticas públicas (policy). Porém, para Klaus Frey, isso ocorre mais em políticas consolidadas; em políticas novas e conflituosas já não haveria essa relação. O autor cita como exemplo a política ambiental.

*É inquestionável que o descobrimento da proteção ambiental como uma política setorial peculiar levou a transformações significativas dos arranjos institucionais em todos os níveis de ação estatal. Por outro lado, em consequência da tematização da questão ambiental, novos atores políticos (associações ambientais, institutos de pesquisa ambiental, repartições públicas encarregadas com a preservação ambiental) entraram em cena, transformando e reestruturando o processo político.*

Portanto, na política ambiental foram as políticas públicas (policy) que influenciaram a construção das instituições (polity) e redefiniram os atores do jogo político (politics).

## 2.2 POLÍTICA E POLÍTICA PÚBLICA

O termo “política” tem sua origem na Grécia Antiga, derivado da palavra “pólis”, o Estado helênico clássico. No início, “política” se referia à vida em sociedade, aquilo que fazia parte da *pólis*, do Estado. A tarefa da política seria investigar qual a melhor forma de governo e instituições capazes de garantir a felicidade coletiva. Ao longo do tempo, ela foi recebendo vários sentidos, passando a se aproximar daquilo que seria o comportamento adequado para chegar e permanecer no poder. Essa é a ciência ou arte política à qual se faz referência mais frequentemente no discurso comum. Segundo Bobbio, uma das possíveis definições de política é considerá-la como “uma forma de poder que não tem outro fim senão o próprio poder”.

Outra visão a respeito da política é a de Schmitter, segundo o qual:

*Política é resolução pacífica dos conflitos.*

Para Maria das Graças Rua, este conceito é muito amplo, e é possível delimitar um pouco, por isso ela conceitua política como:

*O conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos, quanto a bens públicos.*

Para a autora, as sociedades modernas têm, como principal característica, a diferenciação social. Isto significa que seus membros não apenas possuem atributos diferenciados (idade, sexo, religião, renda, etc.), como também possuem ideias, valores e interesses diferentes e desempenham papéis

diferentes no decorrer da sua existência. Tudo isso faz com que a vida em sociedade seja complexa e frequentemente envolva conflito: de opinião, de interesses, de valores, etc.

Entretanto, para que a sociedade possa sobreviver e progredir, o conflito deve ser mantido dentro de limites administráveis. Para isto, existem apenas dois meios: a coerção pura e simples e a política. O problema com o uso da coerção é que, quanto mais é utilizada, mais reduzido se torna o seu impacto e mais elevado se torna o seu custo. Restaria, então, a política.

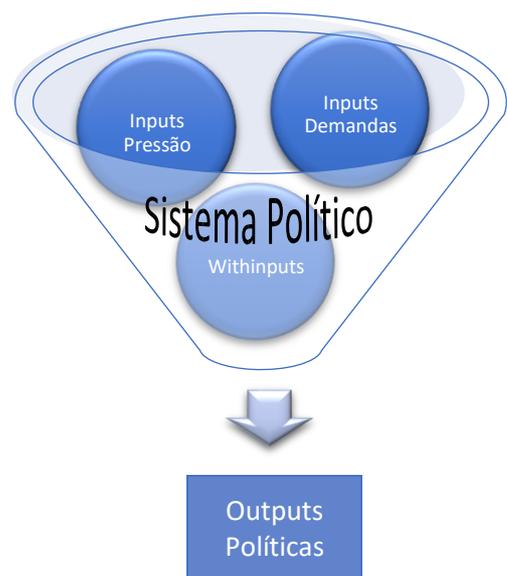
A política e a política pública são conceitos diferentes, mas se influenciam de maneira recíproca. Para Eugenio Parada, ambas envolvem o poder social. Contudo, enquanto a política é um conceito amplo, relativo ao poder em geral, as políticas públicas correspondem a soluções específicas de como conduzir os assuntos públicos.

Para Parada, “a política pode ser analisada como a busca por estabelecer políticas públicas sobre determinados temas, ou de influir nelas. Quem quer o governo, quer políticas públicas”. Parte fundamental da função de um governo se refere à formulação, gestão e avaliação das políticas públicas. O objetivo dos políticos consiste em estabelecer políticas públicas de sua preferência, ou então bloquear aquelas que lhes pareçam inconvenientes.

Vamos rever a definição de Maria das Graças Rua:

*As políticas públicas (policies) são outputs, resultantes das atividades política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. As políticas públicas envolvem, portanto, atividade política. Para usar a linguagem de Easton, resultam do processamento, pelo sistema político, dos inputs originários do meio ambiente e, frequentemente, de withinputs (demandas originadas no interior do próprio sistema político).*

A autora adota em sua definição a teoria sistêmica, em que a política é vista como o produto de um sistema, como a resposta de um sistema político às forças que o afetam a partir do meio ambiente. As forças geradas no meio ambiente e que afetam o sistema político são conhecidas como *inputs*, ou “entradas”. O meio ambiente é qualquer condição ou circunstância definida como externa às fronteiras do sistema político. O sistema político é o conjunto de estruturas e processos inter-relacionados, que exerce as funções oficiais de alocar valores para a sociedade. Os *outputs*, ou saídas, do sistema político são as alocações oficiais de valores do sistema; essas alocações, por sua vez, constituem as políticas públicas.



Segundo a autora, os *inputs* e os *withinputs* podem expressar demandas e suporte. As demandas podem ser, por exemplo, reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, normas de higiene e controle de produtos alimentícios, previdência social, etc. Podem ser, ainda, demandas de participação no sistema político, como reconhecimento do direito de voto dos analfabetos, acesso a cargos públicos para estrangeiros, organização de associações políticas, direitos de greve, etc. Ou ainda, demandas de controle da corrupção, de

preservação ambiental, de informação política, de estabelecimento de normas para o comportamento dos agentes públicos e privados, etc.

Ela cita como exemplo de suporte ou apoio a obediência e o cumprimento de leis e regulamentos; atos de participação política, como o simples ato de votar e apoiar um partido político, o respeito à autoridade dos governantes e aos símbolos nacionais; a disposição para pagar tributos e para prestar serviços, como, por exemplo, o serviço militar, etc. Mas podem ser também atos mais fortes, como o envolvimento na implementação de determinados programas governamentais, a participação em manifestações públicas, etc.;

Assim, quando os empresários, por exemplo, deixam de pagar impostos, constata-se a ausência de um input de apoio; o mesmo ocorre com a sonegação de impostos em geral, com a abstenção eleitoral, com as manifestações contra os governantes: estes fatos significam que falta apoio – seja ao governo, seja ao próprio sistema político.

A diferença de *withinputs* e *inputs* é que os primeiros são provenientes do próprio sistema político: dos agentes do executivo (ministros, burocratas, entre outros), dos parlamentares, dos governadores de estado, do judiciário, etc. Com base nisso, a autora considera que grande parte da atividade política dos governos destina-se a satisfação das demandas dos atores sociais ou das reivindicações formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo em que articulam os apoios necessários.

Podemos diferenciar três tipos de demandas:



### Tipos de Demandas

- **Demandas Novas:** aparecem com o surgimento de novos atores políticos, ou então de novos problemas. Entre os novos atores estão aqueles que, apesar de já existirem anteriormente, não estavam organizados. É no momento em que se organizam que aparecem como novos atores políticos. Graças Rua cita como exemplo os evangélicos. Há cerca de 20 anos eles não tinham peso político, mas representam hoje uma parcela importante do eleitorado, com uma bancada própria no Congresso.
- **Demandas Reprimidas:** também há problemas que existiam anteriormente, mas não eram vistos como problemas, mas sim como uma situação, ao que Maria das Graças Rua dá o nome de “estado de coisas”.
- **Demandas Recorrentes:** envolvem problemas não resolvidos ou mal resolvidos. Estão sempre voltando à agenda governamental. Ela cita o exemplo da reforma agrária, uma vez que Estatuto da Terra tem mais de trinta anos, o assunto foi votado na Assembleia Nacional Constituinte, aprovou-se mais tarde a Lei Agrária, porém, ainda hoje, o problema da reforma agrária não se encontra resolvido.

Ocorre a “sobrecarga de demandas” quando o sistema não consegue proporcionar soluções aceitáveis e as demandas se acumulam. Com isso, há uma crise que ameaça a estabilidade do sistema. Uma das teorias a respeito da ingovernabilidade afirma justamente que esta é o produto de uma sobrecarga de problemas aos quais o Estado responde com a expansão de seus serviços e da sua intervenção, até o momento em que, inevitavelmente, surge uma crise fiscal. A não governabilidade, portanto, seria consequência da falta de *outputs*.

Outra corrente afirma que a ingovernabilidade não é somente, nem principalmente, um problema de acumulação, de distribuição e de redistribuição de recursos, bens e serviços aos cidadãos, mas é, de preferência, um problema de natureza política: autonomia, complexidade, coesão e legitimidade das instituições. A governabilidade depende do relacionamento entre a autoridade e suas instituições de Governo e da força das suas instituições de oposição.

Atualmente, temos que entender que a não-governabilidade é o produto conjunto de uma crise de gestão administrativa do sistema e de uma crise de apoio político dos cidadãos às autoridades e aos governos. Na sua versão mais complexa, a não-governabilidade é a soma de uma crise de input (entradas, insumos) e de uma crise de output (saídas, produtos).

Nas crises de output, o sistema administrativo não consegue compatibilizar, nem agilizar, os imperativos de controle que lhe chegam do sistema econômico. As crises de input têm a forma das crises de legitimação: o sistema legitimador não consegue preservar o nível necessário de lealdade da massa, impulsionando assim os imperativos de controle do sistema econômico que ele assumiu.

As políticas públicas são ações do governo que buscam atender demandas da sociedade e do próprio sistema político. No entanto, um dos grandes problemas está na definição de que demandas serão consideradas na formulação das políticas públicas. Para Eugenio Parada, algumas pessoas ou organizações possuem maior capacidade de incluir, hierarquizar e excluir temas na discussão social. Assim, a agenda pública se constitui em um jogo de poder onde se constroem legitimidades e ilegitimidades, a priorização de alguns valores em relação a outros.

Que haja competição entre os interesses privados e que estes confluem para a formação das políticas públicas é a essência da democracia. No entanto, como em qualquer tipo de disputa, deve haver regras comuns para quem participa. E o lobby, a corrupção e a falta de transparência no financiamento da política são regras da desigualdade.

## 2.3 TIPOLOGIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Vamos começar com uma questão:

**(CESPE/TCU/2011)** Em relação às políticas públicas, julgue os itens subsequentes.

- 1 - Quanto aos seus impactos sobre as relações sociais, as políticas públicas podem ser classificadas como distributivas, redistributivas ou regulatórias.
- 2 - Quanto à sua natureza, as políticas públicas podem ser estruturais, conjunturais ou emergenciais.

3 - Quanto à abrangência dos seus possíveis resultados, as políticas públicas podem ser universais, segmentais, fragmentadas e focais.

4 - As políticas públicas são implementadas por governos, em parceria ou não com outras instituições sociais, com objetivo de realizar ações socialmente relevantes e economicamente viáveis.

**Comentários:** O gabarito inicial das questões foi: C, C, E, E. Porém, apenas a primeira foi mantida, as outras três foram anuladas com a justificativa de que: “O assunto tratado no item é controverso na literatura especializada. Por esse motivo, opta-se por sua anulação”.

**Gabarito: C, X (C), X (E), X (E).**

Essa é uma justificativa meio Bombril, serve para todo tipo de questão. O problema mesmo foi que o formulador da prova foi preguiçoso, copiando várias questões de um mesmo texto: “O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade”, disponível em: [http://www.fit.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf) Segundo o autor:

- Quanto à natureza ou grau da intervenção:
  - a) estrutural – buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade etc.
  - b) conjuntural ou emergencial – objetivam amainar uma situação temporária, imediata.
- Quanto à abrangência dos possíveis benefícios:
  - a) universais – para todos os cidadãos
  - b) segmentais – para um segmento da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.)
  - c) fragmentadas – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.
- Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais:
  - a) distributivas – visam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo;
  - b) redistributivas – visam redistribuir recursos entre os grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos;
  - c) regulatória – visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade; não visariam benefícios imediatos para qualquer grupo.

Quanto à última questão, provavelmente foi tirada da definição de Maria Paula Dallari Bucci, segundo a qual as políticas públicas são:



*programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.*

Uma política pública não precisa ser economicamente viável para ser implementada. Por exemplo, algumas doenças raras que atingem apenas 200 pessoas no país todo chegam a custar mais de R\$ 100 milhões por ano. Se esse recurso fosse aplicado em outra coisa, poderia salvar mais vidas, mas foi politicamente determinado que o Estado fizesse essa política pública. Portanto, mesmo que não seja economicamente viável, desde que a sociedade deseje, e expresse isso por meio de representantes eleitos, a política será implementada.

A primeira questão traz a tipologia de Theodor Lowi, a mais tradicional das classificações. Ela foi elaborada através de uma máxima: “a política pública faz a política”. Ela significa que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Para Lowi, são quatro tipos de política pública:

- Distributivas;
- Redistributivas;
- Regulatórias;
- Constitutivas.



**TOME NOTA!**

Segundo Maria das Graças Rua:

*Em função das preferências e das expectativas de resultados (vantagens e desvantagens) de cada alternativa na solução de um problema, os atores fazem alianças entre si e entram em disputa. Daí se formam as arenas políticas: distributivas, regulatórias e redistributivas.*

A concepção da “*policy arena*” parte do pressuposto de que as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas têm um efeito antecipativo para o processo político de decisão e de implementação. Os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas tornam-se decisivos para a configuração do processo político. O modelo da “*policy arena*” refere-se, portanto aos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política, as quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo.

Klaus Frey conceitua os quatro tipos da seguinte forma:

## Tipos de Políticas Públicas

- **Políticas distributivas** são caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que políticas de caráter distributivo só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos - pelo menos diretamente percebíveis - para outros grupos. Essas “policy arenas” são caracterizadas por consenso e indiferença amigável. Em geral, políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatários, todavia em escala relativamente pequena; potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios.
- **Políticas redistributivas**, ao contrário, são orientadas para o conflito. O objetivo é o desvio e o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade. O processo político que visa a uma redistribuição costuma ser polarizado e repleto de conflitos.
- **Políticas regulatórias** trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão; dependem da configuração concreta das políticas. Custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igual e equilibrada entre os grupos e setores da sociedade, do mesmo modo como as políticas também podem atender a interesses particulares e restritos. Os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar conforme a configuração específica das políticas.
- **Políticas constitutivas** ou políticas estruturadoras – Beck fala de “políticas modificadoras de regras” – determinam as regras do jogo e com isso a estrutura dos processos e conflitos políticos, isto é, as condições gerais sob as quais vêm sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias.

### 2.3.1 Políticas Distributivas

Segundo Celina Souza, nas políticas distributivas, as decisões tomadas pelo governo desconsideram a questão da limitação dos recursos. Os impactos gerados são mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. Para Lowi:

*As políticas distributivas são caracterizadas por não estarem constrangidas por limitações de recursos e pela facilidade com que podem ser desagregadas e seus recursos dispensados de forma atomizada a unidades isoladas, sem obediência a qualquer critério mais geral e universalista; estas políticas caracterizam, assim, ações pontuais, que não integram, de forma consistente, um conjunto de intervenções mais institucionalizado (que definiremos, para nosso uso, como “programas”), e ações de cunho marcadamente clientelista;*

Em muitos casos, essas políticas são caracterizadas pelo clientelismo, em que o político fornece bens e serviços a uma comunidade específica em troca de apoio político e votos. Lowi chama essas políticas de “pork barrel”, que é definida como um programa governamental que rende benefícios localizados e que confere aos seus representantes políticos a oportunidade de conquistar apoio político, ou seja, são políticas clientelistas.



Os beneficiários normalmente são delimitados, pequenos grupos ou pessoas individuais de diferentes extratos sociais; no entanto, o financiamento é difuso, ou seja, feito por toda a sociedade por meio do orçamento público.

Inspirado na tipologia de Lowi e focalizando exclusivamente as políticas que interessam ao empresariado, Smith (2000) designou este tipo de política pública como política "particular" (particularistic issues). Políticas "particulares" provocam um alto grau de interesse no pequeno número de empresas beneficiadas e um baixo grau de interesse na maioria das outras empresas, pouco afetadas pelas decisões.



Tomem cuidado, pois tem muita coisa errada sendo falada acerca dos tipos de políticas públicas. Lowi é claro em descrever as políticas distributivas como restritas a determinados grupos, mas muita gente se refere a elas como políticas que atendem a muitos beneficiários, senão a todos, e que não haveria conflito por causa disso. Klaus Frey, que tem um texto importante, fala o seguinte:

*“Em geral, políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatários, todavia em escala relativamente pequena”*

Portanto, fiquem de olho, pois determinadas questões podem ser copiadas daí e seguir esse entendimento que considero equivocado.

As políticas públicas distributivas atendem demandas pontuais de grupos sociais específicos. Como exemplos, podemos citar a pavimentação e a iluminação de ruas, ou a oferta de equipamentos para deficientes físicos (como cadeiras de rodas). Esse tipo de política não é universal, uma vez que não é garantida através de lei. Contudo, essas políticas são de fácil implantação, já que raramente há opositores ao atendimento dessas demandas fragmentadas, pontuais e muitas vezes individuais.

Mas é preciso ter cuidado: nem toda política distributiva é uma política clientelista. Por exemplo, políticas de emergência e solidariedade às vítimas de enchentes e terremotos são distributivas, mas não são clientelistas. Mas, em geral, em um contexto de grandes desigualdades sociais, esse tipo de política pode ser usado como moeda de troca nas eleições. No entanto, é preciso sublinhar que as políticas distributivas podem ser implantadas sem clientelismo. A forma de processar as demandas pontuais pode ser regulada e controlada socialmente. Um exemplo é a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social e a implantação dos Conselhos Municipais de Assistência Social, que permitem o atendimento dessas demandas com base em critérios mais justos.

### 2.3.2 Políticas Regulatórias

Já as políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. Segundo Lowi:

*Políticas regulatórias são caracterizadas por apresentarem impactos específicos e individualizados, elevando custos ou reduzindo a possibilidade de ação de agentes privados, embora as decisões alocativas baseiam-se em leis e regulamentos e sejam estabelecidas em termos gerais.*



As políticas regulatórias distinguem-se das distributivas pelo fato de, em curto prazo, envolverem uma escolha direta entre quem será favorecido e quem será desfavorecido. Estas decisões não têm como objetivo atender a demandas individuais, porque "as decisões para cada caso devem ser tomadas com base em regras gerais", e permanecem no nível setorial.

Para a elaboração destas políticas, existe uma forte instabilidade entre os grupos de poder, impedindo a criação de uma elite organizadora no Congresso. A política regulatória sobre a qual Lowi mais se detém é a política tarifária do comércio externo nos Estados Unidos, a partir de 1962, que estabelece claramente os atores prejudicados (os antigos beneficiários da distribuição "fácil" de tarifas protecionistas) e os atores favorecidos (os novos beneficiários do comércio mais livre).

Segundo Klaus Frey:

*Políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão; dependem da configuração concreta das políticas. Custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igual e equilibrada entre os grupos e setores da sociedade, do mesmo modo como as políticas também podem atender a interesses particulares e restritos. Os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar conforme a configuração específica das políticas.*

O seu objetivo é regular determinado setor, criando normas para o funcionamento dos serviços e a implementação de equipamentos urbanos. A política regulatória se refere à legislação e é um instrumento que permite normatizar a aplicação de políticas redistributivas e distributivas, como, por exemplo, a Lei de Uso do Solo e o Plano Diretor.

As políticas regulatórias são definidas globalmente para um setor, mas se caracterizam por atingirem as pessoas enquanto indivíduos ou pequenos grupos, e não enquanto membros de uma classe ou de um grande grupo social. Assim, essas políticas cortam transversalmente a sociedade, afetando de maneira diferenciada pessoas pertencentes a um mesmo segmento social. Isso dificulta a formação de alianças duradouras e bem definidas.

Embora distribua benefícios difusos para a maioria da população alvo, as políticas regulatórias acabam por redundar em perdas e limitações para indivíduos ou pequenos grupos. Isto incentiva a reação pontual daqueles que se sentem prejudicados. Quando estes pequenos grupos possuem grande "poder de fogo" – quase sempre representado pela disponibilidade de recursos econômicos e/ou pela capacidade de articulação política – podem ameaçar a viabilidade da política em questão.

Em geral, os cidadãos só percebem a existência das políticas regulatórias quando se sentem prejudicados. A dificuldade de conhecimento e entendimento das Políticas Regulatórias não está somente ligada à sua linguagem (na forma de lei), mas também ao fato dos cidadãos não conseguirem articular essas políticas com o seu cotidiano concreto.

### 2.3.3 Políticas Redistributivas

Para Lowi, as políticas redistributivas,

*envolvem relações entre amplas categorias de indivíduos, atingindo grandes agregados sociais; trata-se de políticas claramente definidas enquanto tais, através de programas de intervenção, e priorizando o investimento público em relação a grupos sociais específicos.*

Atingem maior número de pessoas e impõem perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros. Elas afetam a alocação da propriedade, da riqueza

ou da renda. O efeito das políticas redistributivas pode atingir igualmente toda uma classe social – de um lado, a classe dos money providers; de outro lado, a classe dos service demanders.

São, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são de mais difícil encaminhamento. Para Lowi, assemelham-se às políticas regulatórias no aspecto de envolverem "relações entre amplas categorias de indivíduos e de que as decisões individuais precisam ser inter-relacionadas". Os recursos são destinados aos maiores setores da sociedade.

O objetivo das políticas públicas redistributivas é redistribuir renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos. O financiamento parte dos extratos sociais de alta renda, enquanto que os beneficiários são os extratos de baixa renda.

A isenção ou diminuição do pagamento do IPTU para camadas sociais mais pobres na cidade com o aumento desse imposto para os setores de maior nível de renda que vivem em mansões ou apartamentos de luxo é um exemplo de política redistributiva. Com os recursos da cobrança do IPTU, o município passa a financiar as políticas urbanas e sociais com o imposto pago pelos extratos de média e alta renda, promovendo uma redistribuição de renda através da maior tributação dos mais ricos e diminuição dos encargos dos mais pobres, sem diminuir sua arrecadação geral.

Esse tipo de política é popularmente chamada de "Política Robin Hood" (lembrando a lenda do herói que rouba dos ricos para dar aos pobres). Garantidas por programas governamentais e/ou por projetos de lei, as políticas redistributivas são percebidas pelos beneficiários como direitos sociais e atingem, segundo critérios definidos, grandes grupos sociais.

Contudo, pode haver dificuldade na implantação de políticas redistributivas, pelo fato dos setores sociais penalizados pelo financiamento de tais políticas tenderem a se organizar com mais força do que a numerosa parcela social que vai ser beneficiada. Uma alternativa para evitar possíveis oposições, é a implantação de políticas redistributivas mitigadas (mais brandas), onde a redistribuição de renda para os extratos mais pobres não aparece na forma de recursos monetários ou financeiros, mas como serviços e equipamentos fornecidos pelo poder público.

Nesses casos, o financiamento pode ser garantido através dos recursos orçamentários, compostos majoritariamente pela contribuição dos extratos de média e alta renda. Um exemplo desse tipo de política é a realocação de recursos orçamentários para os setores mais pobres da população através de programas sociais, tais como programas habitacionais, de regularização fundiária, de educação infantil, programa do médico de família e de "renda mínima", entre outros. Nos programas de renda mínima, a redistribuição de renda é realizada através do acesso direto a recursos monetários (a renda mínima ou básica), vinculado, ou não, a programas educacionais (programa bolsa-família,).

Esse tipo de política redistributiva mais branda (através da realocação de verbas orçamentárias) tem a vantagem de apresentar menor resistência dos extratos de média e alta renda da sociedade, uma vez que os recursos desses programas são provenientes do orçamento público já existente.

#### **2.3.4 Políticas Constitutivas**

Por fim, as políticas constitutivas lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma diferente.



A política estruturadora diz respeito à própria esfera da política e suas instituições condicionantes (“polity”) – refere-se à criação e modelação de novas instituições, à modificação do sistema de governo ou do sistema eleitoral, à determinação e configuração dos processos de negociação, de cooperação e de consulta entre os atores políticos.

Ainda, segundo Lowi, as políticas de cunho regulatório ou redistributivo são aquelas que têm a capacidade de mobilizar os agentes sociais na defesa de seus interesses, facilitando o processo de participação. No entanto, as políticas regulatórias apresentam uma limitação, já que afetam diretamente alguns atores sociais (setores privados – empresas ou pessoas físicas – cuja atuação é regulada pelas ações governamentais) e indiretamente de forma difusa, outros setores (a população potencialmente atendida pela medida, que não recebe os benefícios de forma imediata e palpável).



Distributivas	Redistributivas	Regulatórias	Constitutivas
<b>Características</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Baixo conflito;</li> <li>▪ Benefícios concentrados</li> <li>▪ Custos difusos</li> <li>▪ Toma lá da cá</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alto conflito;</li> <li>▪ Benefícios concentrados ✦</li> <li>▪ Custos concentrados</li> <li>▪ Jogo de soma zero</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O conflito depende da política;</li> <li>▪ Estabelece regras, padrões de comportamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Provocam conflitos entre os entes e atores</li> <li>▪ diretamente interessados</li> <li>▪ Tem a capacidade de alterar o equilíbrio de poder</li> </ul>
<b>Exemplos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pavimentação e iluminação de ruas;</li> <li>▪ Oferta de equipamentos para deficientes físicos;</li> <li>▪ Subsídios a determinados setores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cotas raciais em universidades.</li> <li>▪ Benefícios sociais ao trabalhador.</li> <li>▪ Reforma agrária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Regras para a segurança alimentar.</li> <li>▪ Regras para a operação do mercado financeiro</li> <li>▪ Leis em relação a aborto ou eutanásia</li> <li>▪ Proibição de fumo em lugares fechados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Regras do sistema político-eleitoral.</li> <li>▪ Distribuição de competências entre poderes e esferas.</li> <li>▪ Regras das relações intergovernamentais.</li> <li>▪ Regras da participação da sociedade civil em decisões públicas.</li> </ul>

### 3 PONTOS IMPORTANTES DA AULA

- Segundo Maria das Graças Rua: As políticas públicas (policies) são outputs, resultantes das atividades política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à **alocação imperativa de valores**.
- Política pública não é sinônimo de política estatal. A palavra '**pública**', que acompanha a palavra 'política', não tem identificação exclusiva com o Estado, mas sim com o que em latim se expressa como res publica, isto é, coisa de todos, e, por isso, algo que compromete simultaneamente, o Estado e a sociedade.
- Segundo Potyara Pereira: políticas públicas são ações coletivas que tem por função **concretizar direitos sociais**, demandas da sociedade e previstos nas Leis. Em outros termos, os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondentes, as quais, por sua vez, operacionalizam-se mediante programas, projetos e serviços.
- A **Polity** representa as instituições, a **Politics** os processos políticos e a **Policy** os conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.
- **Demandas Novas** aparecem com o surgimento de novos atores políticos, ou então de novos problemas. **Demandas Reprimidas** são problemas que existiam anteriormente, mas não eram vistos como problemas. **Demandas Recorrentes** envolvem problemas não resolvidos ou mal resolvidos.



## 4 QUESTÕES COMENTADAS

### 4.1 CESPE

#### 1. (CESPE/TCE-PE/2017)

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) é considerado uma política pública na medida em que é dotado, simultaneamente, da intencionalidade pública e da necessidade de dar resposta a problemas de gestão que afetem tanto o indivíduo quanto a coletividade.

Segundo o documento “Políticas Públicas: conceitos básicos”, da USP:

*A Política Pública possui dois elementos fundamentais:*

- a) Intencionalidade pública – motivação para o estabelecimento de ações para tratamento ou para resolução de um problema;*
- b) Problema público – diferença entre uma situação atual vivida (status quo) e uma situação ideal possível à realidade coletiva.*

**Gabarito: C.**

#### 2. (CESPE/HUB/2017)

Para implementar políticas públicas redistributivas, os governos retiram recursos de um fundo público a fim de atender a demandas e necessidades sociais, geralmente de forma compensatória.

Nas políticas compensatórias, é muito claro quem perde e quem ganha. Quando a questão fala em fundo público, não há perdedores específicos, toda a sociedade paga.

**Gabarito: E.**

#### 3. (CESPE/HUB/2017)

De acordo com a interpretação que privilegia a relação dialeticamente contraditória entre Estado e sociedade na constituição de políticas públicas, o termo público é apresentado como sinônimo de estatal.

A questão é errada. Segundo Nunes e Fernandez:

*Os estudos sobre concepções de política pública não possuem unanimidade, existem diferentes e conflituosas interpretações. Mas neste trabalho ressaltamos duas: a que privilegia o Estado como produtor exclusivo de política pública, a ponto de identificar o termo público como sinônimo do termo estatal; e a que privilegia a relação dialeticamente contraditória entre Estado e sociedade. Esta última interpretação leva em consideração as diversas circunstâncias que determinam a concepção das políticas públicas, ou seja, as questões estruturais, políticas, econômicas e casuais que perpassam a relação Estado/Sociedade. Com isso, é possível compreender os interesses e a visão de cada ator político envolvido nesse processo e seu objetivo no atendimento a determinada demanda. Desta forma, "é justamente por ser conflituosas (e contraditória), que a política permite a formação de contra poderes em busca de ganhos para a comunidade e de ampliação da cidadania"*

**Gabarito: E.**



#### 4. (CESPE/DPU/2016)

Nos países de frágil tradição democrática, as políticas públicas deveriam ser globais, em três sentidos: a) por dizerem respeito ao Estado, e não apenas ao governo; b) por não deverem se restringir ao período de um único governo; e c) por necessariamente contarem, em sua elaboração, com a participação do Judiciário.

A questão é errada. Segundo o texto “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”, de Celina Souza, disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>:

*Nesse contexto, as políticas públicas deveriam ser globais, em três sentidos: a) por dizerem respeito ao Estado, e não apenas ao governo; b) por não deverem se restringir ao período de um único governo; e c) por necessariamente contarem, em sua elaboração, com a participação do conjunto da sociedade civil, incluindo ONGs, empresas, igrejas, academia, mídia, etc.*

**Gabarito: E.**

---

#### 5. (CESPE/DPU/2016)

Na formulação e na implementação de políticas públicas, aspectos de ordem objetiva como, por exemplo, a alocação de recursos, as disputas políticas e a disponibilidade de equipamentos e serviços públicos, são fortemente influenciados por questões teóricas como as concepções de sujeito social, cidadania e inclusão social em disputa.

A questão é certa. Segundo Celina Souza:

*Não se pode esquecer, também, que, na formulação e na implementação de políticas públicas, como destacam Sampaio e Araújo Jr. (2006), aspectos de ordem objetiva (alocação de recursos, disputas políticas e disponibilidade de equipamentos e serviços públicos, por exemplo) são fortemente influenciados por questões teóricas, ainda que não explicitamente enunciadas, como as concepções de sujeito social, cidadania e inclusão social em disputa.*

**Gabarito: C.**

---

#### 6. (CESPE/DPU/2016)

No Brasil, as políticas são públicas porque têm interesses e fins públicos, podendo ou não ser subsidiadas ou implementadas pelo poder estatal, o que significa dizer que grupos sociais e organizações da sociedade civil podem se responsabilizar pela sua execução, desde que supervisionadas pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG).

A questão é errada. Não há essa necessidade de supervisão da ABONG. Segundo Celina Souza:

*Por outro lado, ainda nos termos de Sampaio e Araújo Jr. (2006), "as políticas são públicas porque têm interesses públicos e fins públicos, podendo ou não ser subsidiadas ou implementadas pelo poder estatal" (p. 336), o que significa dizer que grupos sociais e organizações da sociedade civil podem se responsabilizar pela execução de políticas públicas, especialmente quando também participem de sua formulação, sob supervisão de órgãos governamentais.*

**Gabarito: E.**

---



## 7. (CESPE/MPU/2015)

As políticas públicas correspondem à soma das atividades articuladas pelos governos para melhorar a vida dos cidadãos. As decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder às seguintes questões: Quem ganha o quê? Por quê? e Que diferença isso faz?

A questão é certa. Segundo Laswell, elaborar políticas públicas é definir “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. A política pública definiria os objetivos e as metas de uma ação para um determinado público-alvo, quais os resultados esperados com tal ação, mas, além disso, deve justificá-la.

Segundo Celina Souza, no texto “Políticas públicas: uma revisão da literatura”:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci_arttext)

*Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer".<sup>3</sup> A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.*

**Gabarito: C.**

---

## 8. (CESPE/DPU/2015)

Define-se política pública como o programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados e que deve visar a realização de objetivos sociais relevantes, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à sua consecução e o intervalo de tempo para o atingimento dos resultados.

A questão é certa. Ela foi cobrada no concurso da Defensoria Pública e traz uma definição mais jurídica de políticas públicas, formulada por Maria Paula Dallari Bucci. Segundo a autora:

*Política pública é o programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.*

*Como tipo ideal, a política pública deve visar a realização de objetivos definidos, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à sua consecução e o intervalo de tempo em que se espera o atingimento de resultados*

Vejam que a autora deixa claro que ela aponta algumas características do tipo ideal de política pública, ou seja, é o que se espera que uma política pública seja, como os atores deveriam agir sua formulação. Mas o CESPE cobrou como parte do conceito.

**Gabarito: C.**

---



### 9. (CESPE/BSF/2014)

Políticas públicas são elaboradas para definir quem obterá alguma vantagem, o que será obtido, quando e como, sendo voltadas para garantir os interesses dos beneficiados.

A questão é errada. Similar à questão anterior, em que Laswel afirma que elaborar políticas públicas é definir “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. Porém, as políticas públicas não são necessariamente voltadas para garantir os interesses dos beneficiados.

**Gabarito: E.**

---

### 10. (CESPE/BSF/2014)

Uma política pública expressa a moral e a visão da sociedade que a adota e está associada aos valores culturais dessa sociedade.

A questão é errada. A política pública não expressa necessariamente a moral e a visão da sociedade, seus valores culturais, mas sim dos grupos que conseguem formular a agenda e colocar os temas de seus interesses. Muitas vezes, uma política pública tem como objetivo justamente alterar os valores e a moral da sociedade, como as campanhas contra homofobia.

**Gabarito: E.**

---

### 11. (CESPE/SERPRO/2013)

A análise de políticas oferece uma compreensão das questões relacionadas a legitimidade, eficácia e durabilidade da ação pública.

A questão é certa. Segundo Dagnino:

*Uma definição correntemente aceita sugere que a Análise de Política tem como objeto os problemas com que se defrontam os formuladores de política (policy makers) e como objetivo auxiliar o seu equacionamento.*

A análise de políticas públicas é uma empreitada multidisciplinar que visa interpretar as causas e consequências da ação do governo. Ham e Hill classificam os estudos de Análise de Política em duas grandes categorias:

- A análise que tem como objetivo produzir conhecimentos sobre o processo de elaboração política (formulação, implementação e avaliação) em si, revelando assim uma orientação predominantemente descritiva. Esta categoria corresponde, na literatura anglo-saxã, ao que se conhece como analysis of policy, referindo-se à atividade acadêmica visando, basicamente, ao melhor entendimento do processo político;
- A análise destinada a auxiliar os formuladores de política, agregando conhecimento ao processo de elaboração de políticas, envolvendo-se diretamente na tomada de decisões, assumindo um caráter prescritivo ou propositivo. Corresponde, na literatura anglo-saxã, ao que se conhece como analysis for policy, referindo-se à atividade aplicada voltada à solução de problemas sociais.

**Gabarito: C.**

---



## 12. (CESPE/SERPRO/2013)

A análise de política tem por objetivo tanto melhorar o entendimento acerca da política e do processo político quanto apresentar propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

A questão é certa. Segundo Dagnino:

*Na realidade, a Análise de Política pode ter por objetivo tanto melhorar o entendimento acerca da política e do processo político, como apresentar propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas.*

**Gabarito: C.**

---

## 13. (CESPE/SERPRO/2013)

Em um ambiente econômico e político marcado pela incerteza, políticas públicas formuladas a partir de processos de negociação são menos efetivas do que aquelas baseadas no critérios custo/benefícios.

A questão é errada. Em ambientes de incerteza, o cálculo custo-benefício perde em precisão e a participação social torna-se mais importante, principalmente como forma de contar com o comprometimento dos atores, o que confere maior legitimidade à política.

**Gabarito: E.**

---

## 14. (CESPE/MCTI/2012)

No campo de análise das políticas públicas, essas políticas funcionam como inputs do sistema político.

A questão é errada. As políticas públicas, na definição de Maria das Graças Rua, são os outputs, ou seja, os produtos, e não os insumos (inputs).

**Gabarito: E.**

---

## 15. (CESPE/MCTI/2012)

O campo da política circunscreve-se à resolução de conflitos privados, mediante um conjunto de procedimentos formais envoltos em relações de poder, ao passo que o campo da política pública volta-se à resolução de conflitos relacionados aos bens públicos.

A questão é errada. Maria das Graças Rua conceitua política como:

*O conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos, quanto a bens públicos.*

Portanto, é a definição de política e não de política pública.

**Gabarito: E.**

---

## 16. (CESPE/EBC/2011)

Em inglês, usam-se os termos *polity*, *politics* e *policy* para caracterizar as três dimensões da política. Eles se referem, respectivamente, às instituições políticas, aos processos políticos e aos conteúdos da política. *Policy* é adotado para designar as políticas públicas (*public policy*).

Questão certa. Vimos que:

- **Polity** = para denominar as instituições políticas. Refere-se à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo
- **Politics** = para os processos políticos. Tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição.
- **Policy** = para os conteúdos da política. Refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

**Gabarito: C.**

---

## 17. (CESPE/INMETRO/2010)

De acordo com a análise política, o termo *polity* refere-se aos conteúdos concretos, ou seja, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

A questão é errada. Essa é a *policy*.

**Gabarito: E.**

---

## 18. (CESPE/TCE-AC/2009)

As políticas públicas, no processo de construção do Estado moderno, são instrumentos de materialização da intervenção da sociedade no Estado, expressando as dimensões de poder, estabelecendo os limites, o conteúdo e os mecanismos dessa intervenção.

A questão é errada porque as políticas públicas são um instrumento de intervenção do Estado na sociedade, e não o contrário.

**Gabarito: E.**

---

## 19. (CESPE/TCE-AC/2009)

A produção de políticas públicas é resultado de um processo decisório baseado nas relações de poder e na alocação imperativa de valores, a princípio, para benefício da sociedade.



A questão é certa. Vimos que Maria das Graças Rua define políticas públicas como “outputs, resultantes das atividades política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”.

**Gabarito: C.**

---

## 20. (CESPE/TCE-AC/2009)

Pode-se considerar que as políticas públicas são o conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à solução pacífica dos conflitos quanto a bens e recursos públicos.

A questão é errada. Ela também foi tirada da Maria das graças Rua, que afirma que:

*Cabe indagar, então, o que é a política. Uma definição bastante simples é oferecida por Schmitter: política é a resolução pacífica de conflitos. Entretanto, este conceito é demasiado amplo, restringe pouco. E' possível delimitar um pouco mais e estabelecer que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.*

Portanto, a alternativa é errada porque traz a definição de política, e não de política pública.

**Gabarito: E.**

---

## 21. (CESPE/TCE-AC/2009)

A construção das políticas públicas tem como alicerces o regime político nacional, a política estatal e a realidade nacional, com suas necessidades sociais, em uma dimensão interna do Estado.

A questão é errada porque não é dimensão INTERNA do Estado, mas sim a sua atuação junto à sociedade.

**Gabarito: E.**

---

## 22. (CESPE/PMRB/2007)

O termo público, associado à política, não se refere exclusivamente à ação do Estado, mas, sim, à coisa pública, ou seja, àquilo que é de todos.

A questão é certa. Vimos que, segundo Potyara Pereira:

*Política pública não é sinônimo de política estatal. A palavra 'pública', que acompanha a palavra 'política', não tem identificação exclusiva com o Estado, mas sim com o que em latim se expressa como res publica, isto é, coisa de todos, e, por isso, algo que compromete simultaneamente, o Estado e a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo e do mercado. É o que preferimos chamar de controle democrático exercido pelo cidadão comum, porque é controle coletivo, que emana da base da sociedade, em prol da ampliação da democracia e da cidadania*

**Gabarito: C.**

---



### 23. (CESPE/SGA-AC/2006)

Política pública é sinônimo de decisão política: ambas envolvem a alocação imperativa de valores e recursos.

A questão é errada. Tanto a política pública como a decisão política envolvem alocação imperativa de valores e recursos, mas elas não são a mesma coisa. A política pública abrange várias decisões e coloca elas em prática. Segundo Maria das Graças Rua:

*É necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.*

**Gabarito: E.**

---

### 24. (CESPE/CHESF/2002)

Por meio das políticas públicas são formulados, desenvolvidos e postos em prática programas de distribuição de bens e serviços, regulados e providos pelo Estado, com a participação e o controle da sociedade.

A questão é certa. Vimos que no conceito de política pública um ponto importante é a participação da sociedade.

**Gabarito: C.**

---

### 25. (CESPE/SEFAZ/2002)

Políticas públicas são predominantemente iniciativas autônomas das instâncias governamentais dotadas de responsabilidades legais sobre determinadas áreas de atuação ou questões de interesse público.

A questão é errada. Como é necessária a participação da sociedade, as políticas públicas não são iniciativas autônomas do governo, mas ações coletivas.

**Gabarito: E.**

---

### 26. (CESPE/CHESF/2002)

Política pública não é sinônimo de política estatal, mas uma ação pública na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre os atos e as decisões do governo e do mercado.

A questão é certa. Segundo Potyara Pereira:

*Política pública não é sinônimo de política estatal. A palavra 'pública', que acompanha a palavra 'política', não tem identificação exclusiva com o Estado, mas sim com o que em latim se expressa*



como res publica, isto é, coisa de todos, e, por isso, algo que compromete simultaneamente, o Estado e a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo e do mercado. É o que preferimos chamar de controle democrático exercido pelo cidadão comum, porque é controle coletivo, que emana da base da sociedade, em prol da ampliação da democracia e da cidadania

**Gabarito: C.**

## 4.2 OUTRAS BANCAS

### 27. (FGV/CGM-NITEROI/2018)

Leia o trecho a seguir.

A política pública financiada pela \_\_\_\_\_, que visa distribuir gratuitamente aparelhos auditivos para crianças com deficiência auditiva grave, é do tipo \_\_\_\_\_. Assinale a opção cujos termos completam corretamente as lacunas do trecho acima.

- (A) sociedade como um todo - distributiva
- (B) camada mais rica da sociedade - distributiva
- (C) sociedade como um todo - redistributiva
- (D) camada mais rica da sociedade - regulatória
- (E) sociedade como um todo – regulatória

Vimos que:

Distributivas	Redistributivas	Regulatórias	Constitutivas
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Baixo conflito;</li><li>▪ Benefícios concentrados</li><li>▪ Custos difusos</li><li>▪ Toma lá da cá</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Alto conflito;</li><li>▪ Benefícios concentrados</li><li>▪ Custos concentrados</li><li>▪ Jogo de soma zero</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ O conflito depende da política;</li><li>▪ Estabelece regras, padrões de comportamento</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Provocam conflitos entre os entes e atores diretamente interessados</li><li>▪ Tem a capacidade de alterar o equilíbrio de poder</li></ul>

As políticas distributivas têm custos difusos, ou seja, são financiadas por toda a sociedade, mas seus benefícios são concentrados, como no caso de crianças com deficiência auditiva grave.

**Gabarito: A.**

### 28. (FGV/MPE-AL/2018)

Concernente à definição de política pública, a execução de políticas públicas exclusivamente por atores governamentais é uma abordagem



- A) policêntrica.
- B) estado-cêntrica.
- C) político-cêntrica.
- D) tecnocêntrica.
- E) endocêntrica.

Essa é a visão estado-cêntrica, que como vimos entende como necessária a presença do Estado para que haja uma política pública.

**Gabarito: B.**

---

## 29. (FGV/SEPOG-RO/2017)

Correlacione as tipologias listadas a seguir aos seus respectivos conceitos.

1. Consistem na distribuição de recursos a determinados segmentos da sociedade ou a regiões específicas e, em geral, demandam controle social por meio de conselhos ou de outras formas de participação popular. Não implica em custos diretos (ou diretamente percebidos) para a parcela da sociedade não beneficiada.
2. Destinam-se à definição das “regras do jogo” político, em termos de estrutura e modo de acesso ao poder, bem como as formas de negociação política.
3. Tem o intuito de redistribuir renda e direitos, por meio do deslocamento de recursos das camadas mais privilegiadas financeiramente para as menos (ou economicamente ativas para inativas). Impõem perdas concretas para determinados grupos sociais e ganhos incertos para outros.
4. Normatizam o funcionamento de serviços públicos ou a oferta de recursos públicos. São concretizadas por meio de decretos, portarias, ordens e proibições. As normas produzidas podem tratar a comunidade de forma isonômica ou, por vezes, atender a interesses mais restritos.

- ( ) Políticas Distributivas
- ( ) Políticas Redistributivas
- ( ) Políticas Constitutivas
- ( ) Políticas Regulatórias

Assinale a opção que mostra corretamente a correlação, de cima para baixo.

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1, 3, 2 e 4.
- C) 1, 4, 3 e 2.
- D) 1, 2, 4 e 3.
- E) 1, 3, 4 e 2.



A primeira afirmação traz as políticas distributivas. Elas atingem grupos específicos e são financiadas pelo conjunto da sociedade, não havendo um grupo que sai perdendo. Quanto a afirmação dos conselhos, eles também estão presentes em políticas redistributivas.

A segunda afirmação está relacionada às políticas constitutivas, que dizem respeito à própria esfera da política e suas instituições condicionantes (“polity”) – referem-se à criação e modelação de novas instituições, à modificação do sistema de governo ou do sistema eleitoral, à determinação e configuração dos processos de negociação, de cooperação e de consulta entre os atores políticos.

A terceira afirmação refere-se às políticas redistributivas, que atingem maior número de pessoas e impõem perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros. Elas afetam a alocação da propriedade, da riqueza ou da renda.

A quarta afirmação refere-se às políticas regulatórias, que são caracterizadas por apresentarem impactos específicos e individualizados, elevando custos ou reduzindo a possibilidade de ação de agentes privados, embora as decisões alocativas baseiam-se em leis e regulamentos e sejam estabelecidas em termos gerais.

**Gabarito: B.**

---

### 30. (FGV/SEPOG-RO/2017)

Com relação à distinção entre política pública e decisão política, analise as afirmativas a seguir.

- I. Uma política pública geralmente envolve mais de uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.
- II. A decisão política corresponde a uma escolha dentre as opções de alternativas conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando uma adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.
- III. Embora uma política pública implique uma decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Segundo Maria das Graças Rua:

*As políticas públicas (policies), por sua vez, são outputs, resultantes da atividades política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas [I]. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores*



envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis **[II]**. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública **[III]**. Um exemplo encontra-se na emenda constitucional para reeleição presidencial. Trata-se de uma decisão, mas não de uma política pública. Já a privatização de estatais ou a reforma agrária são políticas públicas.

**Gabarito: E.**

---

### 31. (FADESP/COSANPA/2017)

As políticas públicas dependem, em larga escala, de articulações democraticamente compartilhadas e gestadas entre Estado e sociedade. E isso significa que

- são promissoras as parcerias entre público-privado para operar e manter os serviços públicos.
- nenhuma política nasce no Estado, mas a partir de reivindicações e demandas da sociedade.
- a sociedade civil, ao vocalizar suas demandas, desejam-nas revestida de valores ideológicos e culturais.
- o Estado tem papel fundamental na gênese das políticas públicas, pois cria e consolida as estruturas sólidas para sua manutenção.

Vimos que é conflituosa a questão da participação do Estado nas políticas públicas. Nesse caso, o enunciado coloca que devem haver articulações entre Estado e sociedade, ou seja, ela coloca a necessidade de participação democrática da sociedade. Portanto, o enunciado coloca uma visão compatível com a letra “B”, que defende a necessidade de sempre haver participação da sociedade. Não significa que as outras alternativas não possuam visões defendidas por alguns autores, mas a alternativa que mais se aproxima do enunciado é a letra “B”.

**Gabarito: B.**

---

### 32. (UFMT/DETRAN-MT/2015)

Políticas Públicas consistem em:

- Outputs resultantes da atividade política, em áreas como emprego, educação, segurança e saúde.
- Procedimentos formais e informais que expressam relações de poder na solução de conflitos.
- Centros de competências instituídos para o desempenho de funções estatais, por meio de seus agentes.
- Procedimentos que permitem aos gestores públicos tornar públicas suas ações, garantindo-lhes transparência.

A letra “A” é certa. Vimos a definição de Maria das Graças Rua:



As políticas públicas (policies) são outputs, resultantes das atividades política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.

A letra “B” é errada. Esta é a definição de política. Segundo a autora:

Resta, então, a política. Esta envolve coerção principalmente como possibilidade mas que não se limita a ela. Cabe indagar, então, o que é a política. Uma definição bastante simples é oferecida por Schmitter: política é a resolução pacífica de conflitos. Entretanto, este conceito é demasiado amplo, restringe pouco. É possível delimitar um pouco mais e estabelecer que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.

A letra “C” é errada. Essa é a definição de órgãos públicos, de Hely Lopes Meirelles:

Órgãos públicos são centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem. São unidades de ação com atribuições específicas na organização estatal.

A letra “D” é errada, está relacionada com a publicidade dos atos administrativos.

**Gabarito: A.**

### 33. (FGV/TJ-BA/2015)

O conceito de políticas públicas tem sido discutido por diferentes autores, que coincidem no conceito geral e nas características essenciais. O formato concreto de cada política está vinculado a cada sociedade específica. Sobre as políticas públicas, é correto afirmar que:

- constituem um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade;
- definem estratégias que apontam para uma única finalidade, que, de alguma forma, atende aos diversos grupos que participam do processo decisório;
- o processo de políticas públicas tende a desconsiderar as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto;
- o processo de políticas públicas ocorre por meio de uma racionalidade manifesta, que configura ordenação lógica da atuação de cada um dos envolvidos;
- os tomadores de decisão no processo de políticas públicas tendem a assumir posturas semelhantes independentemente do ambiente social em que se encontram.

A letra “A” é correta. Essa é a definição de Enrique Saravia, que vimos na aula, e que está no texto “Introdução à teoria da política pública”, da coletânea de políticas públicas da ENAP. Segundo Saravia:

Mas o que é uma política pública? Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão.

A letra “B” é errada. Ainda segundo Saravia:

É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das

*As pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política.*

Podemos ver que o erro está em afirmar que as estratégias apontam para uma única finalidade, quando na realidade elas apontam para diversos fins.

A letra “C” é errada. Segundo Saravia:

*O processo de política pública mostra-se como forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto.*

A letra “D” é errada. Para o autor:

*É importante destacar que o processo de política pública não possui uma racionalidade manifesta. Não é uma ordenação tranquila na qual cada ator social conhece e desempenha o papel esperado. Não há, no presente estágio de evolução tecnológica, alguma possibilidade de fazer com que os computadores – aparelhos de racionalidade lógica por excelência – sequer consigam descrever os processos de política.*

A letra “E” é errada. Os tomadores de decisão não adotam posturas semelhantes, independentemente do ambiente social, este influencia sim as decisões que tomamos, não existe uma racionalidade perfeita que desconsidera as variáveis ambientais.

**Gabarito: A.**

---

### 34. (FMP/CGE-MT/2015)

No tocante a políticas públicas, analise as seguintes afirmativas.

I - Políticas distributivas são aquelas que distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população por intermédio de recursos oriundos de outros grupos específicos.

II - Políticas regulatórias são aquelas que estabelecem imperativos, interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos.

III - Políticas redistributivas são aquelas que alocam bens ou serviços a frações específicas da sociedade, mediante recursos provenientes da sociedade como um todo.

Quais estão CORRETAS? a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

A afirmação I é errada, quando tira de alguém para dar para outro, é REDISTRIBUTIVA.

A afirmação II é certa.

A afirmação III é errada, essa é a DISTRIBUTIVA, que tira da sociedade como um todo.

**Gabarito: B.**

---



### 35. (FCC/TCE-PI/2014)

Em relação às políticas públicas é correto afirmar:

A política pública está claramente definida pelos estudiosos da matéria, sendo considerada uma atividade alternativa para a resolução de problemas de uma parcela minoritária da sociedade.

O Brasil não adota o desenvolvimento de políticas públicas, pois a relação de programas constantes do PPA, da LDO e da LOA já atende perfeitamente à solução dos problemas existentes nas esferas pública e privada.

As tipologias conhecidas e aplicadas em políticas públicas levam às técnicas estabelecidas pela amostragem e ciclo orçamentário, criando um perfeito relacionamento de causa e efeito. d) O estilo na elaboração da política pública deve levar em consideração os métodos de produção do planejamento público, de execução, a título gratuito ou oneroso, e da macropolítica estabelecida em nível regional.

e) A elaboração da política pública leva em consideração a identificação do problema, a formação da agenda e de alternativas seguidas pela tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

A letra "A" é errada. Vimos que o conceito de política pública é bastante complexo, com algumas divergências entre os autores. Segundo Leonardo Secchi:

*Qualquer definição de política pública é arbitrária. Na literatura especializada não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública, por conta da disparidade de respostas para alguns questionamentos básicos:*

- 1. Políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais? Ou também por atores não estatais?*
- 2. Políticas públicas também se refere à omissão ou à negligência?*
- 3. Apenas diretrizes estruturantes (de nível estratégico) são políticas públicas? Ou as diretrizes mais operacionais também podem ser consideradas políticas públicas?*

A letra "B" é errada. Essa alternativa não faz muito sentido. As políticas públicas envolvem conceitos, a sistematização do processo de tomada de decisão pública e implementação de ações voltadas para resolver problemas da sociedade. Não existe um desenvolvimento de políticas públicas como um programa, algo inventado, mas a análise do que acontece na prática.

A letra "C" é errada. Não há esse perfeito relacionamento entre causa e efeito. Tradicionalmente via-se as políticas públicas como o produto da atividade política e das instituições. Porém, Lowi buscou inverter essa lógica, afirmando que as políticas públicas definem o jogo político. Segundo Leonardo Secchi, no capítulo dos tipos de políticas públicas:

*A ciência política tradicional sempre encarou as políticas como um resultado das dinâmicas de enfrentamento, disputa do poder e resolução de interesses entre atores (politics). Ou seja, sendo politics a variável independente não havia por que perder tempo estudando as políticas, pois estas não passavam variáveis dependentes. David Easton (1953) e seus seguidores da escola de pensamento sistêmico das ciências políticas entendiam as políticas públicas como um produto do processo político que transforma inputs (demandas e apoios) em outputs (decisões e ações).*

*Theodor J. Lowi propôs uma reviravolta na relação causal entre política (politics) e políticas públicas (public policies). Lowi (1972) afirmou que "politics determine politics", ou seja, as políticas públicas*

determinam a dinâmica política. Em outras palavras, dependendo do tipo de política pública que está em jogo, a estruturação dos conflitos, das coalizões e o equilíbrio de poder se modificam.

A letra “D” é errada. Essa alternativa também não faz sentido, é muito confusa. Ela afirma que o estilo da elaboração deve levar em consideração alguns fatores, como os métodos de planejamento, de execução e da macropolítica regional. O que acontece é que nem sempre a elaboração e alternativas segue uma lógica racional, em que primeiro há um problema para então ser pensada a solução, muitas vezes os fluxos são independentes.

A letra “E” é certa, ela traz as etapas do ciclo de políticas públicas do Leonardo Secchi.



Gabarito: E.

### 36. (FGV/DPE-RJ/2014)

Os modelos de elaboração de Políticas Públicas que aspiram à generalidade desconsideram o fato de que diferentes ambientes sociais, que configuram a situação em que é feita a escolha da política, aparentemente levam os tomadores de decisão a fazer opções significativamente distintas. Deste modo, para que haja adequabilidade de um modelo teórico, deve-se levar em conta que:

- não existe diferença entre a busca de um modelo para os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.
- o analista deve vincular-se com rigidez a um modelo em particular, não devendo, necessariamente, ter que observar os aspectos do ambiente em estudo.
- nem sempre há necessidade de identificar e estruturar os aspectos da política a ser analisada.

- d) esse modelo deve estar ligado às metas fixadas e como produto da participação das massas.
- e) na elaboração de políticas, as percepções e os interesses dos atores individuais estão presentes em todos os estágios.

A letra "A" é errada. os modelos dos países desenvolvidos são muito diferentes dos países em desenvolvimento, o papel das instituições é diferente, o comportamento dos agentes, entre outros fatores.

A letra "B" é errada. As políticas públicas não são isoladas do mundo externo, o ambiente influencia muito.

A letra "C" é errada. É necessário identificar os aspectos da política para analisa-la.

A letra "D" é errada. Ela é mal escrita, é muito vaga quando fala em "metas fixadas": que metas seriam essas, da própria política, do Estado, do PPA, etc.? Porém, um modelo teórico não pode estar restrito às metas definidas, a ele também cabe analisar as próprias metas. E também não há necessidade de que seja produto das massas.

A letra "E" é certa. Os interesses dos atores estão presentes em todas as fases da política pública.

**Gabarito: E.**

---

### 37. (CETRO/ANVISA/2013)

Sobre as políticas públicas, é correto afirmar que:

- a) guardam profunda relação com o mandato eletivo, podendo estender-se por vários mandatos, a fim de garantir a transparência nas ações dos agentes públicos em cargos comissionados.
- b) podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental estrategicamente tomados, voltados a influenciar a vida de um conjunto de cidadãos, por meio dos quais são traçadas as metas, sobretudo para satisfação dos direitos fundamentais.
- c) são instrumentos de democratização e orientação da política orçamentária governamental; através da participação direta da sociedade civil, contribuem na definição das prioridades das políticas públicas;
- d) são um conjunto de normas voltadas à defesa dos direitos da sociedade, garantindo assim que os servidores com cargo eletivo atendam aos princípios básicos previstos na Constituição Federal
- e) designam a ação do governo eleito na administração e condução dos atos públicos, garantindo assim que as necessidades da sociedade sejam atendidas.

A letra "A" é errada. As políticas públicas são, teoricamente, de Estado, e não de governo, ou seja, elas não devem estar vinculadas aos mandatos eletivos, elas devem perdurar por governos de diferentes partidos.



A letra “B” é certa. Demeterco Neto, Santos e Nagem conceituam políticas públicas como:

*O conjunto de planos e programas de ação governamental destinado à intervenção no domínio social, por meio dos quais são delineadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo, na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição*

A letra “C” foi dada como errada. Ela é muito confusa, mal escrita. Na segunda parte, a leitura é de que “as políticas públicas contribuem na definição das prioridades das políticas públicas”. A primeira parte eu considero correta, pois as políticas públicas devem orientar a política orçamentária, ou seja, identificadas as demandas da sociedade e os problemas, cabe ao governo alocar recursos nas políticas formuladas. Porém, o inverso também ocorre, já que restrições orçamentárias condicionam as políticas públicas. Acredito que a banca tenha considerado errada porque a participação e a democratização não são condições para a existência das políticas públicas.

A letra “D” é errada. As políticas públicas não são sinônimo de normas, elas vão muito além do que regulamentos e leis, vimos que até a omissão estatal pode ser considerada política pública.

A letra “E” é errada. Não se garante que as necessidades da sociedade sejam atendidas. Esse é o objetivo, mas não significa que esteja garantido. Sempre tomem cuidado com verbos como “garantir” nas questões, eles são fortes e importantes.

**Gabarito: B.**

### 38. (CETRO/ANVISA/2013)

Acerca dos tipos de Políticas Públicas, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

( ) As políticas distributivas envolvem relações entre amplas categorias de indivíduos, atingindo grandes agregados sociais; trata-se de políticas claramente definidas enquanto tais, através de programas de intervenção, e priorizando o investimento público em relação a grupos sociais específicos.

( ) Quando ocorre de a legislação determinar, por um lado, que a alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) seja progressiva em razão do valor do imóvel, e, por outro, determinar isenção de recolhimento para os setores de menor nível de renda, resta claro que ali está adotado um modelo de política redistributivo.

( ) É política distributiva aquela que direciona recursos orçamentários já existentes para atender programas habitacionais e regularização fundiária.

( ) No âmbito das políticas regulatórias, os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar conforme a configuração específica das políticas adotadas.

- a) F/ F/ V/ F
- b) F/ V/ V/ F
- c) F/ V/ F/ V
- d) V/ V/ F/ F



e) V/ F/ V/ V

A primeira afirmação é falsa. Essas são as redistributivas. Segundo Lowi:

- Políticas distributivas – caracterizadas por não estarem constringidas por limitações de recursos e pela facilidade com que podem ser desagregadas e seus recursos dispensados de forma atomizada a unidades isoladas, sem obediência a qualquer critério mais geral e universalista; estas políticas caracterizam, assim, ações pontuais, que não integram, de forma consistente, um conjunto de intervenções mais institucionalizado (que definiremos, para nosso uso, como “programas”), e ações de cunho marcadamente clientelista;
- Políticas regulatórias – caracterizadas por apresentarem impactos específicos e individualizados, elevando custos ou reduzindo a possibilidade de ação de agentes privados, embora as decisões alocativas baseiam-se em leis e regulamentos e sejam estabelecidas em termos gerais;
- Políticas redistributivas – envolvem relações entre amplas categorias de indivíduos, atingindo grandes agregados sociais; trata-se de políticas claramente definidas enquanto tais, através de programas de intervenção, e priorizando o investimento público em relação a grupos sociais específicos.

A segunda afirmação é verdadeira. Está cobrando mais de alguns e dando isenção para outros.

A terceira afirmação é falsa. Os recursos provêm da sociedade como um todo e atende a grupos específicos.

A quarta afirmação é verdadeira. Segundo Klaus Frey:

*Políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão; dependem da configuração concreta das políticas. Custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igual e equilibrada entre os grupos e setores da sociedade, do mesmo modo como as políticas também podem atender a interesses particulares e restritos. Os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar conforme a configuração específica das políticas.*

**Gabarito: C.**

### 39. (CEPERJ/SEPLAG-RJ/2012)

Nos últimos anos, a produção de políticas públicas por parte de governos tem despertado interesse crescente no Brasil, como desdobramento da consolidação da democracia e da necessidade de maior eficiência e melhores resultados das políticas sociais. São elementos constitutivos desse campo de conhecimento:

- A) o eleitorado, os partidos políticos, o sistema eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral
- B) as privatizações dos serviços públicos, as agências reguladoras, a parceria público-privada e os investimentos privados
- C) o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União, a Polícia Federal e a Receita Federal



- D) a própria política pública, a política, a sociedade política e as instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas
- E) o sistema tributário nacional, os tributos diretos e indiretos, as transferências constitucionais para estados e municípios e a guerra fiscal

Segundo Klaus Frey, no texto “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”, disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>

*Este trabalho buscou trazer para o debate acadêmico uma resenha da literatura (ou das literaturas) sobre um campo do conhecimento que busca integrar quatro elementos: a própria política pública, a política (politics), a sociedade política (polity) e as instituições onde as políticas públicas são decididas, desenhadas e implementadas. Disso pode-se concluir que o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (politics) e à sociedade política (polity), e nas instituições/ regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública*

**Gabarito: D.**

---

#### 40. (ESAF/CGU/2012)

A formulação de políticas públicas é a ação pela qual os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real, conforme Celina Souza. Segundo esse enfoque, assinale a opção que indica a quem compete a responsabilidade pelo desenho das políticas públicas.

- a) Dos Governos, dos grupos de interesse e dos movimentos sociais, em que cada um deles tem igual grau de influência no desenho da política pública.
- b) Dos Governos, dos grupos de interesse e dos movimentos sociais, em que cada um tem maior ou menor influência no desenho da política pública, dependendo do tipo de políticas e das coalizões que integram o governo. c) Exclusiva dos Governos.
- d) Exclusiva de grupos de interesse.
- e) Exclusiva dos movimentos sociais.

Segundo Celina Souza:

<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>

*A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.*

*Apesar do reconhecimento de que outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como os grupos de interesse e os movimentos sociais, cada qual com maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo, e apesar de uma certa literatura argumentar que o papel dos governos tem sido encolhido por fenômenos como a globalização, a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e de governar não está empiricamente comprovada.*

**Gabarito: B.**

---



#### 41. (ESAF/CGU/2012)

Conforme Theodor Lowi, a política pública assume quatro formatos: políticas regulatórias, políticas distributivas, políticas redistributivas e políticas constitutivas. Esta classificação é feita segundo

- a) os impactos de custos e benefícios que os grupos de interesse esperam de uma política determinada.
- b) as crenças, valores e ideias das coalizões de defesa que integram cada subsistema de uma política pública.
- c) a escolha racional de tomadores de decisão e operadores das políticas públicas. d) eficiência da política pública.
- e) o ciclo da política pública.

Essa classificação foi elaborada através de uma máxima: a política pública faz a política. Ela significa que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos:

- Distributivas;
- Redistributivas;
- Regulatórias;
- Constitutivas.

Segundo Maria das Graças Rua:

*Em função das preferências e das expectativas de resultados (vantagens e desvantagens) de cada alternativa na solução de um problema, os atores fazem alianças entre si e entram em disputa. Daí se formam as arenas políticas: distributivas, regulatórias e redistributivas.*

**Gabarito: A.**

---

#### 42. (VUNESP/SEE-SP/2011)

Sobre os tipos de políticas públicas, aquela que tem objetivos setoriais ou atende a demandas pontuais de grupos sociais específicos é a política pública

- (A) redistributiva.
- (B) distributiva.
- (C) refinanciadora.
- (D) regulatória.



(E) regulo-redistributiva.

Esse é o modelo das políticas distributivas, que atendem a grupos específicos, de forma pontual, desconsiderando a origem dos recursos.

**Gabarito: B.**

---

**43. (VUNESP/SEE-SP/2011)**

Sobre Política Pública, assinale a alternativa correta.

- A O tipo ou modelo de Estado não tem influência nas políticas públicas.
- B As políticas públicas atêm-se somente aos aspectos sociais.
- C Principalmente as pessoas ditas vulneráveis são o motivo da existência das políticas públicas.
- D As políticas públicas nunca serão resultado apenas da análise técnica e racional sobre um determinado problema.
- E As relações internacionais estão fora do âmbito das políticas públicas.

A letra "A" é errada. O tipo de Estado tem sim muita influência nas políticas públicas, pois elas não são construções apenas técnicas, possuem também o caráter político.

A letra "B" e "E" são erradas, elas abrangem todas as esferas estatais: social, infraestrutura, justiça, relações internacionais, tecnologia e inovação, etc.

A letra "C" é errada, em alguma medida o governo privilegia as populações mais vulneráveis, mas não são o motivo da existência das políticas públicas. Estas surgem por uma série de fatores.

A letra "D" é certa. A racionalidade perfeita é uma utopia, sempre existem limitações à racionalidade e a política pública abrange o jogo político.

**Gabarito: D.**

---

**44. (FMP/TCE-RS/2011)**

A literatura sobre análise de políticas públicas diferencia três dimensões da política. Sobre essas dimensões, avalie as afirmativas.

- I. A dimensão institucional (polity) cuida dos conteúdos materiais concretos, da configuração dos programas políticos, dos problemas técnicos e do conteúdo material das decisões políticas.
- II. A dimensão processual (politics) concentra-se no processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição.



III. A dimensão material (policy) diz respeito à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo.

As afirmações I, II e III são:

- a) verdadeira, verdadeira, verdadeira.
- b) falsa, falsa, falsa.
- c) falsa, verdadeira, verdadeira.
- d) verdadeira, falsa, falsa.
- e) falsa, verdadeira, falsa.

Vimos que segundo Klaus Frey, a literatura sobre “policy analysis” diferencia três dimensões da política. Para a ilustração dessas dimensões, tem-se adotado na ciência política o emprego de três conceitos em inglês:

- **Polity** = para denominar as **instituições políticas**. Refere-se à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo.
- **Politics** = para os **processos políticos**. Refere-se ao jogo político, frequentemente de caráter conflituoso, em que os atores buscam fazer valer seus interesses.
- **Policy** = para os **conteúdos da política**, é a política pública em si. Refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

A afirmação I é falsa, a descrição é da policy.

A afirmação II é verdadeira.

A afirmação III é falsa, a descrição é da polity.

**Gabarito: E.**

---

#### 45. (CONSULPLAN/ITABAIANA/2010)

Sobre políticas públicas, analise:

- I. As políticas públicas são produtos resultantes da atividade política.
- II. As políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas a alocação imperativa de valores.
- III. As políticas públicas são decisões e ações revestidas de autoridade soberana do poder público.
- IV. Uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando em maior ou menor grau, uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.



V. Um dos critérios utilizados para identificar os atores em uma política pública é estabelecer quem tem alguma coisa em jogo na política em questão.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I, II, III, IV, V
- B) I, II, III
- C) I, III, IV
- D) I, II, V
- E) II, III, IV

Essa questão foi tirada do texto da Maria das Graças Rua:

*As políticas públicas (policies), por sua vez, são outputs, [I] resultantes da atividade política (politics): [II] compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. [IV] Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Um exemplo encontra-se na emenda constitucional para reeleição presidencial. Trata-se de uma decisão, mas não de uma política pública. Já a privatização de estatais ou a reforma agrária são políticas públicas.*

*Além disso, por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são 'públicas' - e não privadas ou apenas coletivas. A sua dimensão 'pública' é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter "imperativo". Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que [III] são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.*

*Como identificar os atores em uma política pública? Existem diversos critérios. Entretanto, [V] o mais simples e eficaz é estabelecer quem tem alguma coisa em jogo na política em questão. Ou seja, quem pode ganhar ou perder com tal política, quem tem seus interesses diretamente afetados pelas decisões e ações que compõem a política em questão.*

Todas as afirmações estão certas.

**Gabarito: A.**

#### 46. (CONSULPLAN/ITABAIANA/2010)

Marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

( ) Podemos considerar que grande parte da atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas que lhe são dirigidas pelos atores sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo que articulam os apoios necessários.

( ) As demandas novas são aquelas que resultam do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas.



( ) As demandas reprimidas são aquelas em que os políticos não vão atender aos atores sociais, não reconhecendo sua necessidade.

( ) As demandas recorrentes são aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos, que constam da agenda governamental.

A sequência está correta em:

- A) V, F, F, F
- B) F, V, V, F
- C) V, V, F, V
- D) V, V, V, V
- E) F, F, F, F

A primeira afirmação é verdadeira. Vimos que Maria das Graças Rúa fala em inputs e withinputs:

*As políticas públicas envolvem, portanto, atividade política. Para usar a linguagem de Easton, resultam do processamento, pelo sistema político, dos inputs originários do meio ambiente e, frequentemente, de withinputs (demandas originadas no interior do próprio sistema político).*

A segunda afirmação é verdadeira. Segundo a autora:

*Demandas novas resultam do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas.*

A terceira afirmação é verdadeira. Segundo a autora:

*Demandas reprimidas: são aquelas constituídas por "estados de coisas" ou por não-decisões.*

A quarta afirmação é verdadeira. Segundo a autora:

*Demandas recorrentes expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos, e que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda governamental.*

**Gabarito: D.**

#### 47. (FCC/METRO/2010)

Na Análise de Políticas Públicas utiliza-se a distinção entre os termos polity, politics e policy. Tais termos são relativos, respectivamente a:

- a) dimensão institucional ou estruturas do sistema político; dimensão processual ou processos de negociação política; dimensão material ou configuração dos programas políticos, problemas técnicos e resultados concretos.
- b) dimensão material ou configuração dos programas políticos, problemas técnicos e resultados concretos; dimensão institucional ou estruturas do sistema político; dimensão processual ou processos de negociação política.
- c) dimensão processual ou processos de negociação política; dimensão institucional ou estruturas do sistema político; dimensão material ou configuração dos programas políticos, problemas técnicos e resultados concretos.

- d) dimensão processual ou processos de negociação política; dimensão material ou configuração dos programas políticos, problemas técnicos e resultados concretos; dimensão institucional ou estruturas do sistema político.
- e) dimensão institucional ou estruturas do sistema político; dimensão material ou configuração dos programas políticos, problemas técnicos e resultados concretos; dimensão processual ou processos de negociação política.

A letra “A” é certa:

- dimensão institucional ou estruturas do sistema político = POLITY;
- dimensão processual ou processos de negociação política = POLITICS;
- dimensão material ou configuração dos programas políticos, problemas técnicos e resultados concretos = POLICY.

**Gabarito: A.**

---

#### 48. (FCC/SGP-SP/2009)

Políticas públicas são

- (A) apenas aquelas decisões e ações que se revestem de autoridade política soberana.
- (B) apenas aquelas decisões que são consideradas legítimas por parte dos cidadãos soberanos.
- (C) apenas as ações coletivas que afetam os interesses da maioria da população de um Estado soberano.
- (D) as ações coletivas ou individuais que atingem todos os cidadãos de um Estado soberano.
- (E) as ações que obrigam indistintamente todos os cidadãos de um Estado soberano.

Mais uma questão tirada do texto da Maria das Graças Rua. Segundo a autora

*Além disso, por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são 'públicas' - e não privadas ou apenas coletivas. A sua dimensão 'pública' é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter "imperativo". Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.*

Portanto, o caráter imperativo é essencial. A letra “A” é certa.

A letra “B” é errada porque a legitimidade não é essencial, mesmo as políticas formuladas contra a vontade da maioria da população são políticas públicas. Imaginem o caso de uma política de legalização do aborto.

A letra “C” é errada. Não são apenas ações coletivas e podem afetar interesses de uma minoria. Por exemplo, a política voltada para os portadores de hemofilia, que são em torno de 11.000 pessoas.

A letra “D” é errada, não precisam atingir a todos.

A letra “E” é errada, não obrigam a todos.



**Gabarito: A.**

---

**49. (FCC/SGP-SP/2009)**

Uma política pública

- (A) não configura decisões ou ações que envolvem o consentimento de uma comunidade política soberana.
- (B) é uma questão meramente técnica.
- (C) nem sempre depende de decisões e ações que se revestem de autoridade política.
- (D) geralmente envolve mais do que uma decisão política e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.
- (E) corresponde a uma escolha das autoridades políticas, após ouvir os empresários.

A letra "A" é errada porque o consentimento da comunidade política é importante. As políticas são inscritas em leis, e sem o consentimento essas leis não são aprovadas.

A letra "B" é errada, é muito mais do que técnica, é principalmente política.

A letra "C" é errada, vimos que a autoridade política é essencial, para a Maria das Graças Rua.

A letra "D" é certa. Segundo Maria das Graças Rua:

*Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.*

A letra "E" é errada, não é preciso ouvir empresários.

**Gabarito: D.**

---

**50. (FCC/SGP-SP/2009)**

Com relação às três dimensões clássicas da policy analysis, considere:

- I. A dimensão institucional da politics tem em vista os processos políticos de caráter conflituoso, dizendo respeito à imposição de objetivos e decisões que afetam a distribuição de poder numa comunidade.
- II. Nos casos de políticas setoriais novas e fortemente conflituosas, como é o caso da política ambiental, tende a inverter-se a relação de causalidade esperada entre polity, politics e policy.
- III. No caso de políticas setoriais consolidadas com estruturas de decisão relativamente estáveis, espera-se que a policy seja a variável independente.
- IV. Quanto mais conflituosa a dimensão da politics, maior a autonomia da policy community na definição dos rumos de determinada política pública.
- V. A prática comum da policy analysis de considerar a polity como variável independente e a policy como variável dependente tem-se mostrado inadequada para os casos de países em desenvolvimento.



Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III, IV e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) III e IV.

Essa questão foi tirada do texto “Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil”, de Klaus Frey.

Segundo o texto:

*Policy - politics - polity*

*De acordo com os mencionados questionamentos da ciência política, a literatura sobre “policy analysis” diferencia três dimensões da política. Para a ilustração dessas dimensões tem-se adotado na ciência política o emprego dos conceitos em inglês de “polity” para – denominar as instituições políticas, “politics” para os processos políticos e, por fim, “policy” para os conteúdos da política:*

- *a dimensão institucional “polity” se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;*
- *no quadro da dimensão processual “politics” tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição **[I]**;*
- *a dimensão material “policy” refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.*

*Todavia, não se deve deixar de reparar que na realidade política essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente. Segundo Schubert, a ordem política concreta forma o quadro, dentro do qual se efetiva a política material por meio de estratégias políticas de conflito e de consenso.*

*Dessa maneira, a prática comum da “policy analysis” de distinguir entre variáveis dependentes e independentes, tendo por finalidade a redução de complexidade, pode-se mostrar embaraçosa e inadequada para boa parte dos casos empíricos. Isto é particularmente óbvio nos casos de políticas setoriais novas e fortemente conflituosas, como bem ilustra o caso da política ambiental **[II]**. É inquestionável que o “descobrimento” da proteção ambiental como uma política setorial peculiar levou a transformações significativas dos arranjos institucionais em todos os níveis de ação estatal. Por outro lado, em consequência da tematização da questão ambiental, novos atores políticos (associações ambientais, institutos de pesquisa ambiental, repartições públicas encarregadas com a preservação ambiental) entraram em cena, transformando e reestruturando o processo político.*

*No caso de políticas setoriais, consolidadas com estruturas de decisão relativamente estáveis pode até ser legítimo considerar o fator instituições “como variável independente **[III]**”. Mas se esse não for o caso, ou seja, se os estudos empíricos preliminares mostram uma dinâmica expressiva das estruturas institucionais, deve-se partir do pressuposto da existência de uma dependência, pelo menos parcial, entre as políticas a serem examinadas e a variável institucional.*

*A suposição de Lowi de que “policies” determine “politics” pode até ser válida para um campo específico de política ou um “policy issue”, sob condições particulares, mas de forma alguma serve como lei global. O exame da vida de certas políticas setoriais, sobretudo as de caráter mais dinâmico e polêmico, não deixa dúvidas referentes à interdependência entre os processos e os resultados das políticas. A evolução histórica da política ambiental, por exemplo, mostra de forma nítida como ambas dimensões têm se influenciado de forma recíproca e permanente. As constelações de atores, as condições de interesse em cada situação e as orientações valorativas elementos que podem ser considerados condicionantes do grau de conflito **[IV]** reinante nos processos políticos - sofreram modificações significativas à medida que se agravaram os problemas*

*ambientais e se consolidou esse novo campo da política. O incremento da consciência ambiental "reforçou os conflitos entre os interesses econômicos e ecológicos. Da mesma maneira como a dimensão material dos problemas ambientais tem conduzido à cristalização de constelações específicas de interesse, os programas ambientais concretos, por sua vez elaborados por agentes planejadores, devem ser considerados o resultado de um processo político, intermediado por estruturas institucionais, que reflete constelações específicas de interesse. Um plano de zoneamento ambiental que prevê a transformação de zonas industriais ou rurais em zonas de proteção ambiental, sem dúvida alguma, provoca resistência por parte dos interesses econômicos afetados, o que representa uma modificação das condições de "politics". Eventualmente, tais interesses econômicos conseguem exercer uma pressão bastante forte dentro do sistema político-administrativo, de modo que essas novas condições de "politics" podem levar à revisão do plano original.*

*Levando em conta a instabilidade e fluidez das estruturas institucionais e dos padrões político-administrativos de países em desenvolvimento [V], caracterizados por democracias do tipo delegativo, como é o caso do Brasil, podemos concluir que nesses países, mais ainda do que em democracias consolidadas, a "policy analysis" deve focar os fatores condicionantes das políticas públicas - "polity" e "politics" dando ênfase na sua dimensão processual, a fim de poder fazer justiça à realidade empírica bastante complexa e em constante transformação.*

A afirmação I foi considerada certa, apesar de falar em "dimensão INSTITUCIONAL da politics", quando na realidade a dimensão institucional é a polity. A politics é a dimensão PROCESSUAL. A descrição da politics na afirmação está certa.

A afirmação III é errada porque são as instituições a variável independente.

A afirmação IV é errada porque o conflito reduz a autonomia na formulação da política, há mais pressões dos grupos de interesse.

**Gabarito: A.**

## 51. (FCC/SGP-SP/2009)

Com relação à abordagem das arenas de políticas, considere:

- I. A política estruturadora diz respeito à própria esfera da política e suas instituições condicionantes, refere-se à criação e modelação de novas instituições, à determinação dos processos de negociação, de cooperação e de consulta entre os atores políticos.
- II. Essa abordagem parte do pressuposto de que as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas são decisivas para a configuração do processo político. Os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas são incorporados pelo processo político de decisão e de implementação.
- III. Políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão, dependem da configuração concreta das políticas.
- IV. Políticas redistributivas são caracterizadas por um baixo grau de conflito político, visto que não acarretam custos pelo menos diretamente perceptíveis para outros grupos.
- V. Políticas distributivas são orientadas para o conflito, pois o objetivo é o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores, entre camadas sociais e nações. Está correto o que se afirma APENAS em



- (A) I, II e III.
- (B) III, IV e V.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) I e V.

A questão foi copiada do texto de Klaus Frey.

As políticas estruturadoras são as políticas constitutivas. A primeira afirmação é verdadeira, segundo o autor:

*A política estruturadora diz respeito à própria esfera da política e suas instituições condicionantes ("polity") – refere-se à criação e modelação de novas instituições, à modificação do sistema de governo ou do sistema eleitoral, à determinação e configuração dos processos de negociação, de cooperação e de consulta entre os atores políticos.*

A segunda afirmação também é verdadeira. Ainda segundo o autor:

*A concepção da "policy arena" foi originalmente introduzida no debate científico por Lowi (1972). Ela parte do pressuposto de que as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas têm um efeito antecipativo para o processo político de decisão e de implementação. Os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas tornam-se decisivos para a configuração do processo político.*

A terceira afirmação é verdadeira. Segundo o texto:

*Políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão; dependem da configuração concreta das políticas. Custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igual e equilibrada entre os grupos e setores da sociedade, do mesmo modo como as políticas também podem atender a interesses particulares e restritos. Os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar conforme a configuração específica das políticas.*

A quarta e a quinta afirmação são falsas, elas inverteram os conceitos. Segundo o autor:

*Políticas distributivas são caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que políticas de caráter distributivo só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos - pelo menos diretamente percebíveis - para outros grupos. Essas "policy arenas" são caracterizadas por consenso e indiferença amigável. Em geral, políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatários, todavia em escala relativamente pequena; potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios.*

*Políticas redistributivas, ao contrário, são orientadas para o conflito. O objetivo é o desvio e o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade. O processo político que visa a uma redistribuição costuma ser polarizado e repleto de conflitos.*

**Gabarito: A.**

## 52. (ESAF/EPPGG/2009)

A questão de como implementar políticas públicas capazes de promover a inclusão social com eficácia e eficiência em países como o Brasil é crucial na gestão pública. Tal como vêm sendo



concebidas no país, as políticas públicas apresentam algumas características comuns. Identifique o enunciado falso.

- a) Uma política pública é constituída por uma série de etapas: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação e seleção das opções, implementação e avaliação dos resultados.
- b) Uma política pública geralmente envolve diferentes instâncias do governo e da sociedade civil.
- c) As políticas públicas são de longo prazo, mas produzem impactos ao longo de sua implementação e não apenas ao final de sua vigência.
- d) As políticas públicas envolvem uma tensão entre práticas derivadas de modelos gerenciais, que procuram isolar as decisões de fatores políticos, e as participativas, que buscam integrar os segmentos sociais, objeto das políticas nos processos de gestão.
- e) Uma política pública, para ser implementada, exige a aprovação por parte dos legislativos de todos os níveis de governo envolvidos.

A letra "A" é certa. Foi copiada do texto "Políticas Públicas: uma revisão da literatura", de Celina Souza:

<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>

Segundo a autora, as políticas públicas podem ser vistas como um ciclo:

*Esta tipologia vê a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. O ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.*

A letra "B" é certa, as políticas públicas envolvem diversos atores, tanto no Estado quanto na sociedade.

A letra "C" é certa. Por exemplo, o Bolsa Família é uma política cujo objetivo maior é retirar as pessoas da pobreza. Ele possui características de uma política de incentivo à acumulação de capital humano, que busca o corte da transmissão intergeracional da pobreza, ou seja, olha principalmente para as gerações futuras, para que elas possam ter condições melhores de desenvolvimento. Assim, exige-se que as crianças estejam frequentando a escola e sejam vacinadas, pois quer se garantir melhor educação e saúde para elas. Portanto, é uma visão de longo prazo, mas que já possui efeitos ao longo de sua implementação.

A letra "D" é certa. O modelo racional-legal pregava o insulamento burocrático, que constitui o isolamento da burocracia tanto em relação aos políticos quanto da sociedade. O objetivo era garantir que as decisões fossem racionais, técnicas, sem interferências políticas que poderiam prejudicar a impessoalidade. Porém, isso se mostrou problemático, uma vez que os burocratas tomavam as decisões distantes da realidade, sem ter o conhecimento das reais necessidades da população. Atualmente, a sociedade não aceita mais o insulamento, ela exige participação.

A administração gerencial irá ter como princípio a participação da sociedade nas decisões. Porém, muitos autores afirmam que isso ocorre apenas no discurso. Segundo Ana Paula Paes de Paula, as

últimas décadas foram marcadas pela luta dos brasileiros por processo de redemocratização do país, buscando reformar o Estado e construir um modelo de gestão pública capaz de torná-lo mais aberto às necessidades dos cidadãos brasileiros, mais voltado para o interesse público e mais eficiente na coordenação da economia e dos serviços públicos. Ao analisar esse contexto histórico, a autora identifica dois projetos políticos em desenvolvimento e disputa: administração pública gerencial e administração pública societal.

Segundo a autora, a administração gerencial é participativa no nível do discurso, mas centralizadora no que se refere ao processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular, enquanto a administração societal é participativa no nível das instituições, enfatizando a elaboração de estruturas e canais que viabilizem a participação popular.

A letra “E” é errada, não há necessidade de que o Legislativo municipal e o estadual aprovem uma política pública federal.

**Gabarito: E.**

---

### 53. (ESAF/MPOG-EPPGG/2008)

Apesar das divergências existentes, os diferentes autores coincidem no conceito geral e nas características essenciais das políticas públicas. De acordo com esse consenso, não é um elemento característico das políticas públicas:

- a) um conjunto de medidas concretas, ou seja, ações realizadas por instituições com competência para tal.
- b) decisões ou formas de alocação de recursos.
- c) um ou vários públicos-alvo.
- d) apoio dos agentes públicos e dos atores sociais à concepção que orienta as decisões quanto às prioridades da agenda governamental.
- e) definição obrigatória de metas ou objetivos a serem atingidos, selecionados em função de normas e valores.

Tanto essa como a outra questão sobre o conceito de política pública a ESAF tirou do texto de Enrique Saravia, “Introdução à teoria da política pública”, que faz parte da coletânea da ENAP de políticas públicas. É muito importante vocês lerem esse texto e outros que fazem parte dessa coletânea. Alguns dos textos podem ser encontrados no site da ENAP: [http://www.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=856](http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=856)

Enrique Saravia cita Thoenig, que considera que os elementos que podem caracterizar uma política são cinco:

*Um conjunto de medidas concretas; decisões ou forma de alocação de recursos, que ela esteja inserida em um quadro geral de ação; tenha um público-alvo (ou vários públicos; presente definição obrigatória de metas ou objetivos a serem atingidos, definidos em função de normas e valores.*



Podemos observar que não faz parte dos elementos o apoio dos agentes públicos e dos atores sociais à concepção que orienta as decisões quanto às prioridades da agenda governamental.

**Gabarito: D.**

---

**54. (IPAD/SGA-AC/2009)**

No âmbito das políticas públicas, as demandas podem ser de vários tipos. Quais dessas demandas são constituídas pelo que comumente se denomina de “estados-de-coisas” ou “não-decisões”?

- A) Demandas novas.
- B) Demandas recorrentes.
- C) Demandas reprimidas.
- D) Demandas antigas.
- E) Demandas costumeiras.

Vimos que as demandas reprimidas são as constituídas por estados de coisas e não-decisões.

**Gabarito: C.**

---

**55. (ESAF/MPOG-EPPGG/2008)**

O processo das políticas públicas mostra-se como forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto sócio-político nacional e internacional, que favoreceu uma concepção mais ágil da atividade governamental, na qual a ação baseada no planejamento deslocou-se para a ideia de política pública. Todos os componentes abaixo são comuns às definições correntes de política pública, exceto:

- a) Ideológico: toda política requer um discurso legitimador, ou seja, destinado a reforçar a convicção dos diversos atores quanto ao acerto das ações governamentais e à sua orientação para o bem de todos.
- b) Decisório: qualquer política envolve um conjunto sequencial de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de curto ou longo alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades.
- c) Comportamental: toda política pode envolver ação ou inação, mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não somente uma decisão singular.
- d) Causal: toda política é um produto de ações e, por sua vez, provoca efeitos sobre o sistema político e social.
- e) Institucional: as políticas são elaboradas ou decididas por autoridades formal e legalmente constituídas no âmbito da sua competência e são coletivamente vinculantes.

Saravia afirma que nas definições dos dicionários de ciência política encontram-se os seguintes componentes comuns na definição de política pública:



- Institucional: a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante;
- Decisório: a política é um conjunto-sequência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades;
- Comportamental: implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular;
- Causal: são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social.

Podemos perceber que o componente que não está presente é o ideológico.

**Gabarito: A.**

---

### 56. (ESAF/MPOG-EPPGG/2008)

De acordo com a classificação canônica das políticas públicas, são características das políticas distributivas, exceto:

- a) alianças específicas entre lideranças não antagônicas.
- b) questões não adversárias, com baixo potencial de conflito.
- c) questões passíveis de solução mediante a alocação de recursos públicos sempre divisíveis.
- d) lideranças consolidadas pela contínua expansão do público beneficiado pelos recursos alocados.
- e) lideranças que se constituem à base da sua capacidade de responder a demandas discretas.

Segundo Luis Villanueva, as políticas distributivas são arenas relativamente pacíficas, que se caracterizam por questões não rivais, susceptíveis de serem tratadas por recursos públicos sempre divisíveis. Nela, são feitos acordos particulares de apoio recíproco entre demandantes não antagônicos. As lideranças se afirmam por sua capacidade de gestão para responder a demandas soltas, mas são lideranças efêmeras, que duram apenas enquanto as necessidades são satisfeitas.

A resposta da questão é a letra “D”. As lideranças consolidadas pela contínua expansão do público beneficiado é uma característica das políticas redistributivas. Nestas, as lideranças tendem a ser permanentes e contam com associações civis e políticas poderosas para a defesa de seus interesses vitais.

**Gabarito: D.**

---

### 57. (ESAF/MPOG-EPPGG/2008)

Os estudos de políticas públicas indicam que a partir dos interesses dos atores políticos as estruturas de poder, correlações de força ou “arenas” de políticas públicas se originam, se

estabilizam ou se transformam. Assinale a única característica comum entre as políticas regulatórias e redistributivas.

- a) Arena formada por interesses exclusivos, contrapostos e conflituosos em torno de uma mesma questão.
- b) Arena de conflito e negociação, que obriga os atores a coalizões ou transações de concessão recíproca.
- c) Conflitos que emergem ou desaparecem segundo as questões em disputa e os grupos potencialmente prejudicados ou beneficiados.
- d) Lideranças consolidadas e permanentes, que contam com poderosas associações civis e políticas para a defesa de seus interesses.
- e) Sanções de alta intensidade: aplicam-se direta e imediatamente contra os que resistem aos seus imperativos.

Essa questão foi mal elaborada, pois eles pegaram trechos do texto do autor e separaram. Para entender melhor, é preciso ver o trecho todo. Segundo Luis Villanueva, a política regulatória é uma arena de conflito e negociação entre grupos de poder, que o pluralismo explica muito bem. Trata-se de uma arena

*relativamente turbulenta, de interesses exclusivos e contrapostos de grupo, que se movem em torno de uma mesma questão e que se vêem obrigados a formar coalizões e/ou realizar acordos de recíproca concessão, uma vez que a eventual solução não pode favorecer de igual maneira as partes envolvidas: existem afetados e beneficiados em razão de uma lei geral que regula determinado campo de ação.*

Podemos ver aqui as letras "A" e "B". O autor cita que são interesses exclusivos e contrapostos que se vêem obrigados a fazer acordos e concessões. Portanto, a letra "A" está ligada às políticas regulatórias porque os interesses exclusivos e contrapostos se vêem frente a uma determinada questão que precisam negociar. Já nas redistributivas não há acordos em torno de uma questão.

A política redistributiva, a mais audaciosa e radical, que aborda questões polêmicas das relações de propriedade, poder e prestígio social estabelecidas, tende a ser a arena mais tensa e conflituosa, semelhante à tradicional luta de classes do marxismo. O autor fala que:

*Os acordos são impossíveis ou com resultados pouco significativos, já que o desfecho destas questões radicais afetará inevitavelmente a numerosos setores da população em pontos cruciais de sua sobrevivência social.*

A letra "C" é característica da política regulatória. Aqui, a liderança se baseia na capacidade de somar forças que comportam e defendem os mesmos interesses, assim como efetuar acordos vantajosos para o grupo. Contudo, também é uma liderança passageira, ainda que menos efêmera que nas políticas distributivas, pois os conflitos de interesses aparecem e desaparecem conforme as questões em disputa. Já nas políticas redistributivas, a liderança é permanente, assim como os conflitos, o que é dito na letra "D".

Segundo Villanueva, num texto posterior, Lowi trouxe uma nova perspectiva, segundo a qual o tipo de política será determinado pelo tipo de coação que o governo poderia razoavelmente empregar no tratamento das questões. A coação pode ser "horizontal", para denotar sua extensão e alcance:

se abrange apenas as condutas, ou se chega também a envolver o contexto da ação. A coerção “vertical” denota sua intensidade e força: se comporta sanções imediatas e diretas ou apenas remotas.

Nesta nova perspectiva, as políticas distributivas e regulatórias coincidem no fato de que as suas sanções abrangem os comportamentos individuais, mas diferem pelo fato de as sanções serem remotas nas distributivas e imediatas nas regulatórias. Em oposição, as políticas constituintes e redistributivas coincidem no fato de que suas sanções possíveis se estendem para abranger os contextos de conduta, mas diferem na força de suas sanções, que são respectivamente remotas e imediatas.

Assim, as políticas regulatórias e redistributivas coincidem em que ambas implicam sanções diretas e imediatas contra eventuais resistentes, mas diferem no fato de as primeiras somente abrangerem comportamentos individuais, enquanto as segundas envolvem o contexto em que se desenvolve a ação, ao modificarem o contexto econômico e social.

Portanto, as letras “A”, “B” e “C” trazem características das políticas regulatórias. A letra “D” fala de características das políticas redistributivas. A letra “E” é que traz uma característica comum às duas.

**Gabarito: E.**

---

## 4.3 LISTA DAS QUESTÕES

### 1. (CESPE/TCE-PE/2017)

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) é considerado uma política pública na medida em que é dotado, simultaneamente, da intencionalidade pública e da necessidade de dar resposta a problemas de gestão que afetem tanto o indivíduo quanto a coletividade.

### 2. (CESPE/HUB/2017)

Para implementar políticas públicas redistributivas, os governos retiram recursos de um fundo público a fim de atender a demandas e necessidades sociais, geralmente de forma compensatória.

### 3. (CESPE/HUB/2017)

De acordo com a interpretação que privilegia a relação dialeticamente contraditória entre Estado e sociedade na constituição de políticas públicas, o termo público é apresentado como sinônimo de estatal.

### 4. (CESPE/DPU/2016)

Nos países de frágil tradição democrática, as políticas públicas deveriam ser globais, em três sentidos: a) por dizerem respeito ao Estado, e não apenas ao governo; b) por não deverem se restringir ao período de um único governo; e c) por necessariamente contarem, em sua elaboração, com a participação do Judiciário.

### 5. (CESPE/DPU/2016)

Na formulação e na implementação de políticas públicas, aspectos de ordem objetiva como, por exemplo, a alocação de recursos, as disputas políticas e a disponibilidade de equipamentos e serviços públicos, são fortemente influenciados por questões teóricas como as concepções de sujeito social, cidadania e inclusão social em disputa.

### 6. (CESPE/DPU/2016)

No Brasil, as políticas são públicas porque têm interesses e fins públicos, podendo ou não ser subsidiadas ou implementadas pelo poder estatal, o que significa dizer que grupos sociais e organizações da sociedade civil podem se responsabilizar pela sua execução, desde que supervisionadas pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG).



**7. (CESPE/MPU/2015)**

As políticas públicas correspondem à soma das atividades articuladas pelos governos para melhorar a vida dos cidadãos. As decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder às seguintes questões: Quem ganha o quê? Por quê? e Que diferença isso faz?

**8. (CESPE/DPU/2015)**

Define-se política pública como o programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados e que deve visar a realização de objetivos sociais relevantes, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à sua consecução e o intervalo de tempo para o atingimento dos resultados.

**9. (CESPE/BSF/2014)**

Políticas públicas são elaboradas para definir quem obterá alguma vantagem, o que será obtido, quando e como, sendo voltadas para garantir os interesses dos beneficiados.

**10. (CESPE/BSF/2014)**

Uma política pública expressa a moral e a visão da sociedade que a adota e está associada aos valores culturais dessa sociedade.

**11. (CESPE/SERPRO/2013)**

A análise de políticas oferece uma compreensão das questões relacionadas a legitimidade, eficácia e durabilidade da ação pública.

**12. (CESPE/SERPRO/2013)**

A análise de política tem por objetivo tanto melhorar o entendimento acerca da política e do processo político quanto apresentar propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

**13. (CESPE/SERPRO/2013)**

Em um ambiente econômico e político marcado pela incerteza, políticas públicas formuladas a partir de processos de negociação são menos efetivas do que aquelas baseadas no critérios custo/benefícios.



**14. (CESPE/MCTI/2012)**

No campo de análise das políticas públicas, essas políticas funcionam como inputs do sistema político.

**15. (CESPE/MCTI/2012)**

O campo da política circunscreve-se à resolução de conflitos privados, mediante um conjunto de procedimentos formais envoltos em relações de poder, ao passo que o campo da política pública volta-se à resolução de conflitos relacionados aos bens públicos.

**16. (CESPE/EBC/2011)**

Em inglês, usam-se os termos polity, politics e policy para caracterizar as três dimensões da política. Eles se referem, respectivamente, às instituições políticas, aos processos políticos e aos conteúdos da política. Policy é adotado para designar as políticas públicas (public policy).

**17. (CESPE/INMETRO/2010)**

De acordo com a análise política, o termo polity refere-se aos conteúdos concretos, ou seja, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

**18. (CESPE/TCE-AC/2009)**

As políticas públicas, no processo de construção do Estado moderno, são instrumentos de materialização da intervenção da sociedade no Estado, expressando as dimensões de poder, estabelecendo os limites, o conteúdo e os mecanismos dessa intervenção.

**19. (CESPE/TCE-AC/2009)**

A produção de políticas públicas é resultado de um processo decisório baseado nas relações de poder e na alocação imperativa de valores, a princípio, para benefício da sociedade.

**20. (CESPE/TCE-AC/2009)**

Pode-se considerar que as políticas públicas são o conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à solução pacífica dos conflitos quanto a bens e recursos públicos.



**21. (CESPE/TCE-AC/2009)**

A construção das políticas públicas tem como alicerces o regime político nacional, a política estatal e a realidade nacional, com suas necessidades sociais, em uma dimensão interna do Estado.

**22. (CESPE/PMRB/2007)**

O termo público, associado à política, não se refere exclusivamente à ação do Estado, mas, sim, à coisa pública, ou seja, àquilo que é de todos.

**23. (CESPE/SGA-AC/2006)**

Política pública é sinônimo de decisão política: ambas envolvem a alocação imperativa de valores e recursos.

**24. (CESPE/CHESF/2002)**

Por meio das políticas públicas são formulados, desenvolvidos e postos em prática programas de distribuição de bens e serviços, regulados e providos pelo Estado, com a participação e o controle da sociedade.

**25. (CESPE/SEFAZ/2002)**

Políticas públicas são predominantemente iniciativas autônomas das instâncias governamentais dotadas de responsabilidades legais sobre determinadas áreas de atuação ou questões de interesse público.

**26. (CESPE/CHESF/2002)**

Política pública não é sinônimo de política estatal, mas uma ação pública na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre os atos e as decisões do governo e do mercado.

**27. (FGV/CGM-NITEROI/2018)**

Leia o trecho a seguir.



A política pública financiada pela \_\_\_\_\_, que visa distribuir gratuitamente aparelhos auditivos para crianças com deficiência auditiva grave, é do tipo \_\_\_\_\_. Assinale a opção cujos termos completam corretamente as lacunas do trecho acima.

- (A) sociedade como um todo - distributiva
- (B) camada mais rica da sociedade - distributiva
- (C) sociedade como um todo - redistributiva
- (D) camada mais rica da sociedade - regulatória
- (E) sociedade como um todo – regulatória

**28. (FGV/MPE-AL/2018)**

Concernente à definição de política pública, a execução de políticas públicas exclusivamente por atores governamentais é uma abordagem

- A) policêntrica.
- B) estado-cêntrica.
- C) político-cêntrica.
- D) tecnocêntrica.
- E) endocêntrica.

**29. (FGV/SEPOG-RO/2017)**

Correlacione as tipologias listadas a seguir aos seus respectivos conceitos.

1. Consistem na distribuição de recursos a determinados segmentos da sociedade ou a regiões específicas e, em geral, demandam controle social por meio de conselhos ou de outras formas de participação popular. Não implica em custos diretos (ou diretamente percebidos) para a parcela da sociedade não beneficiada.
2. Destinam-se à definição das “regras do jogo” político, em termos de estrutura e modo de acesso ao poder, bem como as formas de negociação política.
3. Tem o intuito de redistribuir renda e direitos, por meio do deslocamento de recursos das camadas mais privilegiadas financeiramente para as menos (ou economicamente ativas para inativas). Impõem perdas concretas para determinados grupos sociais e ganhos incertos para outros.
4. Normatizam o funcionamento de serviços públicos ou a oferta de recursos públicos. São concretizadas por meio de decretos, portarias, ordens e proibições. As normas produzidas podem tratar a comunidade de forma isonômica ou, por vezes, atender a interesses mais restritos.

- ( ) Políticas Distributivas



- ( ) Políticas Redistributivas
- ( ) Políticas Constitutivas
- ( ) Políticas Regulatórias

Assinale a opção que mostra corretamente a correlação, de cima para baixo.

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1, 3, 2 e 4.
- C) 1, 4, 3 e 2.
- D) 1, 2, 4 e 3.
- E) 1, 3, 4 e 2.

**30. (FGV/SEPOG-RO/2017)**

Com relação à distinção entre política pública e decisão política, analise as afirmativas a seguir.

- I. Uma política pública geralmente envolve mais de uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.
- II. A decisão política corresponde a uma escolha dentre as opções de alternativas conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando uma adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.
- III. Embora uma política pública implique uma decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**31. (FADESP/COSANPA/2017)**

As políticas públicas dependem, em larga escala, de articulações democraticamente compartilhadas e gestadas entre Estado e sociedade. E isso significa que

- a) são promissoras as parcerias entre público-privado para operar e manter os serviços públicos.
- b) nenhuma política nasce no Estado, mas a partir de reivindicações e demandas da sociedade.



- c) a sociedade civil, ao vocalizar suas demandas, desejam-nas revestida de valores ideológicos e culturais.
- d) o Estado tem papel fundamental na gênese das políticas públicas, pois cria e consolida as estruturas sólidas para sua manutenção.

### 32. (UFMT/DETRAN-MT/2015)

Políticas Públicas consistem em:

- a) Outputs resultantes da atividade política, em áreas como emprego, educação, segurança e saúde.
- b) Procedimentos formais e informais que expressam relações de poder na solução de conflitos.
- c) Centros de competências instituídos para o desempenho de funções estatais, por meio de seus agentes.
- d) Procedimentos que permitem aos gestores públicos tornar públicas suas ações, garantindo-lhes transparência.

### 33. (FGV/TJ-BA/2015)

O conceito de políticas públicas tem sido discutido por diferentes autores, que coincidem no conceito geral e nas características essenciais. O formato concreto de cada política está vinculado a cada sociedade específica. Sobre as políticas públicas, é correto afirmar que:

- a) constituem um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade;
- b) definem estratégias que apontam para uma única finalidade, que, de alguma forma, atende aos diversos grupos que participam do processo decisório;
- c) o processo de políticas públicas tende a desconsiderar as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto;
- d) o processo de políticas públicas ocorre por meio de uma racionalidade manifesta, que configura ordenação lógica da atuação de cada um dos envolvidos;
- e) os tomadores de decisão no processo de políticas públicas tendem a assumir posturas semelhantes independentemente do ambiente social em que se encontram.

### 34. (FMP/CGE-MT/2015)

No tocante a políticas públicas, analise as seguintes afirmativas.



I - Políticas distributivas são aquelas que distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população por intermédio de recursos oriundos de outros grupos específicos.

II - Políticas regulatórias são aquelas que estabelecem imperativos, interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos.

III - Políticas redistributivas são aquelas que alocam bens ou serviços a frações específicas da sociedade, mediante recursos provenientes da sociedade como um todo.

Quais estão CORRETAS? a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

### 35. (FCC/TCE-PI/2014)

Em relação às políticas públicas é correto afirmar:

A política pública está claramente definida pelos estudiosos da matéria, sendo considerada uma atividade alternativa para a resolução de problemas de uma parcela minoritária da sociedade.

O Brasil não adota o desenvolvimento de políticas públicas, pois a relação de programas constantes do PPA, da LDO e da LOA já atende perfeitamente à solução dos problemas existentes nas esferas pública e privada.

As tipologias conhecidas e aplicadas em políticas públicas levam às técnicas estabelecidas pela amostragem e ciclo orçamentário, criando um perfeito relacionamento de causa e efeito. d) O estilo na elaboração da política pública deve levar em consideração os métodos de produção do planejamento público, de execução, a título gratuito ou oneroso, e da macropolítica estabelecida em nível regional.

e) A elaboração da política pública leva em consideração a identificação do problema, a formação da agenda e de alternativas seguidas pela tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

### 36. (FGV/DPE-RJ/2014)

Os modelos de elaboração de Políticas Públicas que aspiram à generalidade desconsideram o fato de que diferentes ambientes sociais, que configuram a situação em que é feita a escolha da política, aparentemente levam os tomadores de decisão a fazer opções significativamente



distintas. Deste modo, para que haja adequabilidade de um modelo teórico, deve-se levar em conta que:

- a) não existe diferença entre a busca de um modelo para os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.
- b) o analista deve vincular-se com rigidez a um modelo em particular, não devendo, necessariamente, ter que observar os aspectos do ambiente em estudo.
- c) nem sempre há necessidade de identificar e estruturar os aspectos da política a ser analisada.
- d) esse modelo deve estar ligado às metas fixadas e como produto da participação das massas.
- e) na elaboração de políticas, as percepções e os interesses dos atores individuais estão presentes em todos os estágios.

### 37. (CETRO/ANVISA/2013)

Sobre as políticas públicas, é correto afirmar que:

- a) guardam profunda relação com o mandato eletivo, podendo estender-se por vários mandatos, a fim de garantir a transparência nas ações dos agentes públicos em cargos comissionados.
- b) podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental estrategicamente tomados, voltados a influenciar a vida de um conjunto de cidadãos, por meio dos quais são traçadas as metas, sobretudo para satisfação dos direitos fundamentais.
- c) são instrumentos de democratização e orientação da política orçamentária governamental; através da participação direta da sociedade civil, contribuem na definição das prioridades das políticas públicas;
- d) são um conjunto de normas voltadas à defesa dos direitos da sociedade, garantindo assim que os servidores com cargo eletivo atendam aos princípios básicos previstos na Constituição Federal
- e) designam a ação do governo eleito na administração e condução dos atos públicos, garantindo assim que as necessidades da sociedade sejam atendidas.

### 38. (CETRO/ANVISA/2013)

Acerca dos tipos de Políticas Públicas, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

( ) As políticas distributivas envolvem relações entre amplas categorias de indivíduos, atingindo grandes agregados sociais; trata-se de políticas claramente definidas enquanto tais, através de



programas de intervenção, e priorizando o investimento público em relação a grupos sociais específicos.

( ) Quando ocorre de a legislação determinar, por um lado, que a alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) seja progressiva em razão do valor do imóvel, e, por outro, determinar isenção de recolhimento para os setores de menor nível de renda, resta claro que ali está adotado um modelo de política redistributivo.

( ) É política distributiva aquela que direciona recursos orçamentários já existentes para atender programas habitacionais e regularização fundiária.

( ) No âmbito das políticas regulatórias, os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar conforme a configuração específica das políticas adotadas.

- a) F/ F/ V/ F
- b) F/ V/ V/ F
- c) F/ V/ F/ V
- d) V/ V/ F/ F
- e) V/ F/ V/ V

### 39. (CEPERJ/SEPLAG-RJ/2012)

Nos últimos anos, a produção de políticas públicas por parte de governos tem despertado interesse crescente no Brasil, como desdobramento da consolidação da democracia e da necessidade de maior eficiência e melhores resultados das políticas sociais. São elementos constitutivos desse campo de conhecimento:

- A) o eleitorado, os partidos políticos, o sistema eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral
- B) as privatizações dos serviços públicos, as agências reguladoras, a parceria público-privada e os investimentos privados
- C) o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União, a Polícia Federal e a Receita Federal
- D) a própria política pública, a política, a sociedade política e as instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas
- E) o sistema tributário nacional, os tributos diretos e indiretos, as transferências constitucionais para estados e municípios e a guerra fiscal

### 40. (ESAF/CGU/2012)

A formulação de políticas públicas é a ação pela qual os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou



mudanças no mundo real, conforme Celina Souza. Segundo esse enfoque, assinale a opção que indica a quem compete a responsabilidade pelo desenho das políticas públicas.

- a) Dos Governos, dos grupos de interesse e dos movimentos sociais, em que cada um deles tem igual grau de influência no desenho da política pública.
- b) Dos Governos, dos grupos de interesse e dos movimentos sociais, em que cada um tem maior ou menor influência no desenho da política pública, dependendo do tipo de políticas e das coalizões que integram o governo.
- c) Exclusiva dos Governos.
- d) Exclusiva de grupos de interesse.
- e) Exclusiva dos movimentos sociais.

**41. (ESAF/CGU/2012)**

Conforme Theodor Lowi, a política pública assume quatro formatos: políticas regulatórias, políticas distributivas, políticas redistributivas e políticas constitutivas. Esta classificação é feita segundo

- a) os impactos de custos e benefícios que os grupos de interesse esperam de uma política determinada.
- b) as crenças, valores e ideias das coalizões de defesa que integram cada subsistema de uma política pública.
- c) a escolha racional de tomadores de decisão e operadores das políticas públicas.
- d) eficiência da política pública.
- e) o ciclo da política pública.

**42. (VUNESP/SEE-SP/2011)**

Sobre os tipos de políticas públicas, aquela que tem objetivos setoriais ou atende a demandas pontuais de grupos sociais específicos é a política pública

- (A) redistributiva.
- (B) distributiva.
- (C) refinanciadora.
- (D) regulatória.
- (E) regulo-redistributiva.

**43. (VUNESP/SEE-SP/2011)**

Sobre Política Pública, assinale a alternativa correta.

- A O tipo ou modelo de Estado não tem influência nas políticas públicas.



- B As políticas públicas atêm-se somente aos aspectos sociais.
- C Principalmente as pessoas ditas vulneráveis são o motivo da existência das políticas públicas.
- D As políticas públicas nunca serão resultado apenas da análise técnica e racional sobre um determinado problema.
- E As relações internacionais estão fora do âmbito das políticas públicas.

#### 44. (FMP/TCE-RS/2011)

A literatura sobre análise de políticas públicas diferencia três dimensões da política. Sobre essas dimensões, avalie as afirmativas.

- I. A dimensão institucional (polity) cuida dos conteúdos materiais concretos, da configuração dos programas políticos, dos problemas técnicos e do conteúdo material das decisões políticas.
- II. A dimensão processual (politics) concentra-se no processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição.
- III. A dimensão material (policy) diz respeito à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo.

As afirmações I, II e III são:

- a) verdadeira, verdadeira, verdadeira.
- b) falsa, falsa, falsa.
- c) falsa, verdadeira, verdadeira.
- d) verdadeira, falsa, falsa.
- e) falsa, verdadeira, falsa.

#### 45. (CONSULPLAN/ITABAIANA/2010)

Sobre políticas públicas, analise:

- I. As políticas públicas são produtos resultantes da atividade política.
- II. As políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas a alocação imperativa de valores.
- III. As políticas públicas são decisões e ações revestidas de autoridade soberana do poder público.
- IV. Uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando em maior ou menor grau, uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.



V. Um dos critérios utilizados para identificar os atores em uma política pública é estabelecer quem tem alguma coisa em jogo na política em questão.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I, II, III, IV, V
- B) I, II, III
- C) I, III, IV
- D) I, II, V
- E) II, III, IV

**46. (CONSULPLAN/ITABAIANA/2010)**

Marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

( ) Podemos considerar que grande parte da atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas que lhe são dirigidas pelos atores sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo que articulam os apoios necessários.

( ) As demandas novas são aquelas que resultam do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas.

( ) As demandas reprimidas são aquelas em que os políticos não vão atender aos atores sociais, não reconhecendo sua necessidade.

( ) As demandas recorrentes são aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos, que constam da agenda governamental.

A sequência está correta em:

- A) V, F, F, F
- B) F, V, V, F
- C) V, V, F, V
- D) V, V, V, V
- E) F, F, F, F

**47. (FCC/METRO/2010)**

Na Análise de Políticas Públicas utiliza-se a distinção entre os termos polity, politics e policy. Tais termos são relativos, respectivamente a:

a) dimensão institucional ou estruturas do sistema político; dimensão processual ou processos de negociação política; dimensão material ou configuração dos programas políticos, problemas técnicos e resultados concretos.



- b) dimensão material ou configuração dos programas políticos, problemas técnicos e resultados concretos; dimensão institucional ou estruturas do sistema político; dimensão processual ou processos de negociação política.
- c) dimensão processual ou processos de negociação política; dimensão institucional ou estruturas do sistema político; dimensão material ou configuração dos programas políticos, problemas técnicos e resultados concretos.
- d) dimensão processual ou processos de negociação política; dimensão material ou configuração dos programas políticos, problemas técnicos e resultados concretos; dimensão institucional ou estruturas do sistema político.
- e) dimensão institucional ou estruturas do sistema político; dimensão material ou configuração dos programas políticos, problemas técnicos e resultados concretos; dimensão processual ou processos de negociação política.

**48. (FCC/SGP-SP/2009)**

Políticas públicas são

- (A) apenas aquelas decisões e ações que se revestem de autoridade política soberana.
- (B) apenas aquelas decisões que são consideradas legítimas por parte dos cidadãos soberanos.
- (C) apenas as ações coletivas que afetam os interesses da maioria da população de um Estado soberano.
- (D) as ações coletivas ou individuais que atingem todos os cidadãos de um Estado soberano.
- (E) as ações que obrigam indistintamente todos os cidadãos de um Estado soberano.

**49. (FCC/SGP-SP/2009)**

Uma política pública

- (A) não configura decisões ou ações que envolvem o consentimento de uma comunidade política soberana.
- (B) é uma questão meramente técnica.
- (C) nem sempre depende de decisões e ações que se revestem de autoridade política.
- (D) geralmente envolve mais do que uma decisão política e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.
- (E) corresponde a uma escolha das autoridades políticas, após ouvir os empresários.

**50. (FCC/SGP-SP/2009)**

Com relação às três dimensões clássicas da policy analysis, considere:



- I. A dimensão institucional da politics tem em vista os processos políticos de caráter conflituoso, dizendo respeito à imposição de objetivos e decisões que afetam a distribuição de poder numa comunidade.
- II. Nos casos de políticas setoriais novas e fortemente conflituosas, como é o caso da política ambiental, tende a inverter-se a relação de causalidade esperada entre polity, politics e policy.
- III. No caso de políticas setoriais consolidadas com estruturas de decisão relativamente estáveis, espera-se que a policy seja a variável independente.
- IV. Quanto mais conflituosa a dimensão da politics, maior a autonomia da policy community na definição dos rumos de determinada política pública.
- V. A prática comum da policy analysis de considerar a polity como variável independente e a policy como variável dependente tem-se mostrado inadequada para os casos de países em desenvolvimento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III, IV e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) III e IV.

#### 51. (FCC/SGP-SP/2009)

Com relação à abordagem das arenas de políticas, considere:

- I. A política estruturadora diz respeito à própria esfera da política e suas instituições condicionantes, refere-se à criação e modelação de novas instituições, à determinação dos processos de negociação, de cooperação e de consulta entre os atores políticos.
  - II. Essa abordagem parte do pressuposto de que as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas são decisivas para a configuração do processo político. Os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas são incorporados pelo processo político de decisão e de implementação.
  - III. Políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão, dependem da configuração concreta das políticas.
  - IV. Políticas redistributivas são caracterizadas por um baixo grau de conflito político, visto que não acarretam custos pelo menos diretamente perceptíveis para outros grupos.
  - V. Políticas distributivas são orientadas para o conflito, pois o objetivo é o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores, entre camadas sociais e nações.
- Está correto o que se afirma APENAS em



- (A) I, II e III.
- (B) III, IV e V.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) I e V.

**52. (ESAF/EPPGG/2009)**

A questão de como implementar políticas públicas capazes de promover a inclusão social com eficácia e eficiência em países como o Brasil é crucial na gestão pública. Tal como vêm sendo concebidas no país, as políticas públicas apresentam algumas características comuns. Identifique o enunciado falso.

- a) Uma política pública é constituída por uma série de etapas: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação e seleção das opções, implementação e avaliação dos resultados.
- b) Uma política pública geralmente envolve diferentes instâncias do governo e da sociedade civil.
- c) As políticas públicas são de longo prazo, mas produzem impactos ao longo de sua implementação e não apenas ao final de sua vigência.
- d) As políticas públicas envolvem uma tensão entre práticas derivadas de modelos gerenciais, que procuram isolar as decisões de fatores políticos, e as participativas, que buscam integrar os segmentos sociais, objeto das políticas nos processos de gestão.
- e) Uma política pública, para ser implementada, exige a aprovação por parte dos legislativos de todos os níveis de governo envolvidos.

**53. (ESAF/MPOG-EPPGG/2008)**

Apesar das divergências existentes, os diferentes autores coincidem no conceito geral e nas características essenciais das políticas públicas. De acordo com esse consenso, não é um elemento característico das políticas públicas:

- a) um conjunto de medidas concretas, ou seja, ações realizadas por instituições com competência para tal.
- b) decisões ou formas de alocação de recursos.
- c) um ou vários públicos-alvo.
- d) apoio dos agentes públicos e dos atores sociais à concepção que orienta as decisões quanto às prioridades da agenda governamental.



e) definição obrigatória de metas ou objetivos a serem atingidos, selecionados em função de normas e valores.

**54. (IPAD/SGA-AC/2009)**

No âmbito das políticas públicas, as demandas podem ser de vários tipos. Quais dessas demandas são constituídas pelo que comumente se denomina de “estados-de-coisas” ou “não-decisões”?

- A) Demandas novas.
- B) Demandas recorrentes.
- C) Demandas reprimidas.
- D) Demandas antigas.
- E) Demandas costumeiras.

**55. (ESAF/MPOG-EPPGG/2008)**

O processo das políticas públicas mostra-se como forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto sócio-político nacional e internacional, que favoreceu uma concepção mais ágil da atividade governamental, na qual a ação baseada no planejamento deslocou-se para a ideia de política pública. Todos os componentes abaixo são comuns às definições correntes de política pública, exceto:

- a) Ideológico: toda política requer um discurso legitimador, ou seja, destinado a reforçar a convicção dos diversos atores quanto ao acerto das ações governamentais e à sua orientação para o bem de todos.
- b) Decisório: qualquer política envolve um conjunto sequencial de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de curto ou longo alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades.
- c) Comportamental: toda política pode envolver ação ou inação, mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não somente uma decisão singular.
- d) Causal: toda política é um produto de ações e, por sua vez, provoca efeitos sobre o sistema político e social.
- e) Institucional: as políticas são elaboradas ou decididas por autoridades formal e legalmente constituídas no âmbito da sua competência e são coletivamente vinculantes.

**56. (ESAF/MPOG-EPPGG/2008)**

De acordo com a classificação canônica das políticas públicas, são características das políticas distributivas, exceto:

- a) alianças específicas entre lideranças não antagônicas.
- b) questões não adversárias, com baixo potencial de conflito.
- c) questões passíveis de solução mediante a alocação de recursos públicos sempre divisíveis.
- d) lideranças consolidadas pela contínua expansão do público beneficiado pelos recursos alocados.
- e) lideranças que se constituem à base da sua capacidade de responder a demandas discretas.

**57. (ESAF/MPOG-EPPGG/2008)**

Os estudos de políticas públicas indicam que a partir dos interesses dos atores políticos as estruturas de poder, correlações de força ou “arenas” de políticas públicas se originam, se estabilizam ou se transformam. Assinale a única característica comum entre as políticas regulatórias e redistributivas.

- a) Arena formada por interesses exclusivos, contrapostos e conflituosos em torno de uma mesma questão.
- b) Arena de conflito e negociação, que obriga os atores a coalizões ou transações de concessão recíproca.
- c) Conflitos que emergem ou desaparecem segundo as questões em disputa e os grupos potencialmente prejudicados ou beneficiados.
- d) Lideranças consolidadas e permanentes, que contam com poderosas associações civis e políticas para a defesa de seus interesses.
- e) Sanções de alta intensidade: aplicam-se direta e imediatamente contra os que resistem aos seus imperativos.

## 4.4 GABARITO

1. C	10. E	19. C	28. B	37. B	46. D	55. A
2. E	11. C	20. E	29. B	38. C	47. A	56. D
3. E	12. C	21. E	30. E	39. D	48. A	57. E
4. E	13. E	22. C	31. B	40. B	49. D	
5. C	14. E	23. E	32. A	41. A	50. A	
6. E	15. E	24. C	33. A	42. B	51. A	
7. C	16. C	25. E	34. B	43. D	52. E	
8. C	17. E	26. C	35. E	44. E	53. D	
9. E	18. E	27. A	36. E	45. A	54. C	



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



**1** Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



**2** Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



**3** Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



**4** Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



**5** Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



**6** Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



**7** Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



**8** O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.